

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA  
MAGISTRATURA DO TRABALHO  
CAMPINAS**

**Prova de conhecimentos gerais de direito  
2ª etapa – 20/10/2002**

**INSTRUÇÕES:**

1. Seus dados pessoais e sua assinatura devem constar apenas do canhoto destacável. Não rubrique, não dobre e não amasse a FOLHA-RESPOSTA. Não torne a prova identificável, por qualquer meio, SOB PENA DE SUMÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO.
2. Verifique se o caderno de perguntas contém 50 questões.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada. Os fiscais não darão quaisquer esclarecimentos, pois a compreensão da prova é encargo do candidato.
4. São proibidas quaisquer consultas.
5. A folha de respostas deve ser assinalada com caneta esferográfica PRETA. Não se admite rasura na folha-resposta ou o uso de corretivos.
6. A prova tem duração de 04 horas.

**Comissão do concurso:**

Juiz Carlos Alberto Moreira Xavier – Presidente  
Juíza Irene Araiun Luz - Membro  
Dr. Mauro Barbosa (representante da OAB)

**Comissão da prova:**

Juiz Fernando da Silva Borges – Presidente  
Juíza Mariane Khayat Fonseca do Nascimento - Membro  
Dra. Iara Aparecida Moura Martins (representante da OAB)

**Suplentes:**

Juiz Samuel Hugo Lima  
Juiz Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani  
Dr. Luiz Donato Silveira (representante da OAB)

**BOA PROVA !!!**

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

51) Em relação ao controle da constitucionalidade, considerando as afirmações abaixo:

*I - O controle concentrado da constitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público é feito pelos Tribunais, através do Pleno, Turmas ou Câmaras, pelo voto da maioria absoluta de seus membros;*

*II - Podem propor a ação de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partidos políticos com representação no Congresso Nacional, confederações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional;*

*III - Em decorrência das peculiaridades da ação declaratória de constitucionalidade, a competência para o processamento e julgamento originário é do Supremo Tribunal Federal;*

*IV - A ação declaratória de constitucionalidade não objetiva a verificação da constitucionalidade de lei ou de ato normativo estadual;*

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente uma afirmação está certa;
- C) Somente duas afirmações estão corretas;
- D) Somente três afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

52) Em relação aos servidores públicos, considerando as afirmações abaixo:

*I - São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;*

*II - Para o STF mesmo a contratação por parte de sociedade de economia mista deve ser precedida de concurso público, sendo que, segundo o C. TST, os aprovados não gozam da estabilidade prevista no art. 41 da Carta Magna;*

*III - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado;*

*IV - A Administração Federal direta, autárquica e fundacional somente poderá efetuar a contratação de pessoal por tempo determinado para a assistência a situações de calamidade pública e para o combate a surtos endêmicos;*

*V - Para o TST a contratação de servidor sem o prévio concurso após a CF/88 é nula, sendo-lhe devido apenas o pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o salário-mínimo/hora, inexistindo legislação garantindo para tais hipóteses o depósito do FGTS na conta vinculada;*

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente uma afirmação está certa;
- C) Somente duas afirmações estão corretas;
- D) Somente três afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

53) Assinale a alternativa correta:

A) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada separadamente no Senado e na Câmara dos Deputados em turno único, considerando-se aprovada se obtiver, nas duas Casas, três quintos dos votos dos respectivos membros;

B) O Presidente da República pode editar medida provisória estabelecendo normas de processo civil, desde que preenchidos os requisitos da relevância e da urgência;

C) É da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal propor ao Poder Legislativo Federal a alteração do número de membros dos Tribunais Regionais do Trabalho;

D) As matérias constantes de propostas de emenda constitucional ou de projeto de lei, quando rejeitadas, podem ser reapresentadas na mesma sessão legislativa, mediante a proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional;

E) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado no Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

54) Considerando as afirmações abaixo:

*I - Os membros da Magistratura e do Ministério Público têm em comum o ingresso na carreira mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da OAB, à vitaliciedade após dois anos de exercício, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídio, promoção por antigüidade ou merecimento; têm ainda em comum a proibição do exercício, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério, bem como à dedicação, sem exceção, a atividade político-partidária;*

*II - Lei Complementar, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados, entre outros, os seguintes princípios: ingresso na carreira, como juiz substituto, através de concurso de provas e títulos, com participação da OAB, promoção por antigüidade ou merecimento e previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados;*

*III - O juiz somente poderá ser removido por interesse público, mediante decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;*

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

IV - O Tribunal Superior do Trabalho pode, sem restrições, propor a extinção de qualquer Tribunal Regional do Trabalho:

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente uma afirmação está certa;
- C) Somente duas afirmações estão corretas;
- D) Somente três afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

55) Assinale a alternativa correta:

Podem propor a ação de inconstitucionalidade:

- A) A mesa do senado federal;
- B) A mesa da câmara de vereadores;
- C) As subseções da Ordem dos Advogados do Brasil;
- D) Qualquer partido político;
- E) Todas estão corretas.

56) Assinale a alternativa correta:

- A) As leis complementares serão aprovadas por maioria simples;
- B) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe inclusive ao Procurador-Geral da República;
- C) É permitida, em caso de urgência nacional, a edição de medida provisória sobre direitos políticos;
- D) As leis delegadas serão elaboradas pelo Ministério da Justiça, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional;
- E) Nenhuma alínea anterior está correta.

57) Considere as afirmações abaixo:

I) Cabe mandado de injunção contra norma constitucional auto-aplicável;

II) Os particulares também se revestem de legitimidade passiva "ad causam" para o processo injuncional;

III) O mandado de injunção também se refere à omissão de regulamentação de norma disposta em lei ordinária;

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- B) Apenas o item I está correto.
- C) Apenas o item II está correto.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Todos os itens estão errados.

58) Considerando as afirmações:

I - A exoneração é penalidade aplicada em consequência de delitos administrativos;

II - A demissão é ato administrativo vinculado, só podendo ser aplicada com estrita observância das normas legais, sob pena de ser anulada por autoridade administrativa ou por sentença judicial;

III - A estabilidade é um atributo do cargo público de provimento efetivo;

IV - O prazo para a aquisição da estabilidade começa a fluir da posse no cargo público;

Responda:

- A) As assertivas I, II e III estão incorretas;
- B) As assertivas II e IV estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) As assertivas I e IV estão corretas;
- E) As assertivas I, III e IV estão incorretas.

59) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Assinale a alternativa correta, relacionada ao objetivo da seguridade social:

- A) Universalidade da cobertura e do atendimento, garantindo subsistência de quem dela necessite, independentemente de contribuição;
- B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, inclusive quanto aos servidores públicos da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios;
- C) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados;
- D) Seletividade e distribuição na prestação dos benefícios e serviços;
- E) Equidade na forma de participação do custeio, garantido-se aos trabalhadores de baixa renda alíquota de contribuição nunca superior a 8% (oito por cento).

60) Assinale a alternativa correta.

Segundo a legislação previdenciária vigente, a arrecadação e o recolhimento das contribuições devidas à seguridade social obedecem às seguintes normas:

- A) A empresa é obrigada a arrecadar a contribuição do segurado empregado e do trabalhador avulso a seu serviço, recolhendo o produto arrecadado juntamente com as contribuições a seu cargo no dia 5 (cinco) do mês seguinte a que se referirem as remunerações;
- B) A empresa é obrigada a arrecadar a contribuição do segurado empregado e do trabalhador avulso a seu serviço, recolhendo o produto arrecadado juntamente com as contribuições a seu cargo até o quinto dia útil do mês seguinte a que se referirem as remunerações;
- C) O empregador doméstico é obrigado a arrecadar a contribuição do segurado empregado doméstico a seu serviço e recolhê-la, assim como a parcela a seu cargo, até o dia 10 (dez) do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário;

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

D) O empregador doméstico é obrigado a arrecadar a contribuição do segurado empregado doméstico a seu serviço e recolhê-la, assim como a parcela a seu cargo, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário, facultada a opção pelo recolhimento trimestral sempre que o salário-de-contribuição for igual ao valor de um salário-mínimo;

E) A empresa é obrigada a arrecadar a contribuição do segurado empregado e do trabalhador avulso a seu serviço, recolhendo o produto arrecadado juntamente com as contribuições a seu cargo no primeiro dia útil do mês seguinte a que se referirem as remunerações.

**61)** No âmbito do Direito Internacional do Trabalho, qual das assertivas seguintes está equivocada:

A) A Organização Internacional do Trabalho é permanente, e compreende uma Conferência Geral, um Conselho de Administração e uma Repartição Internacional do Trabalho;

B) Um dos princípios sobre o qual repousa a OIT, é o de que a penúria, seja onde for, constitui um perigo para a prosperidade geral;

C) Para que integrem o ordenamento jurídico nacional, as convenções devem ser ratificadas, e as recomendações transformadas em lei;

D) Para o surgimento do Direito Internacional do Trabalho, e da própria OIT, fundamental foi a busca pela realização dos princípios de Justiça Social, e não razões de ordem econômica, como o nivelamento dos custos das medidas de proteção do trabalhador.

E) Em caso algum, as convenções ou recomendações deverão ser consideradas quando lei, sentença, costumes ou acordos, assegurem aos trabalhadores interessados condições mais favoráveis.

**62)** Por determinação expressa e veemente de um chefe, empregado surra colega acusado de dormir em serviço, causando-lhe lesões corporais leves. Após, descobre que o colega desidioso era outro, e não o surrado. Nessas circunstâncias, à luz da legislação penal, é correto afirmar que:

A) Não há ilicitude na ação do empregado, excluída pelo cumprimento de ordem de superior hierárquico;

B) Apenas a conduta do chefe é ilícita, diante do erro do empregado em relação à pessoa do ofendido;

C) Diante da evidente ilegalidade da ação, a conduta do empregado é punível, embora seu chefe mereça pena superior;

D) Somente o empregado deve ser penalizado, pois a responsabilidade pelas lesões foi transferida pelo chefe, isento de culpa;

E) Apenas o chefe é passível de punição, visto que restou configurado o estado de necessidade, na medida em que o empregado cumpriu a ordem com a finalidade de preservar o seu emprego.

**63)** Em se tratando de defeitos dos atos jurídicos, não é correto afirmar:

A) Considera-se erro substancial o que interessa à natureza do ato, o objeto principal da declaração, ou alguma das qualidades a ele essenciais, bem como o que disser respeito a qualidades essenciais da pessoa, a quem se refira a declaração de vontade;

B) O dolo do representante de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve;

C) A coação vicia o ato, ainda quando exercida por terceiro. Assim, se a coação exercida por terceiro for previamente conhecida à parte, a quem aproveite, responderá esta, de forma principal e aquele subsidiariamente, por todas as perdas e danos;

D) Haverá simulação quando um instrumento particular for antedatado ou pós-datado. Contudo, a simulação não se considerará defeito quando não houver intenção de prejudicar a terceiros, ou de violar disposição de lei;

E) Só vicia o ato a falsa causa quando expressa como razão determinante ou sob a forma de condição.

**64)** Em relação à capacidade das pessoas físicas, assinale a alternativa correta:

A) Dependendo da gravidade da moléstia, o juiz fixará, na sentença de interdição, se a incapacidade do psicopata é absoluta ou relativa;

B) A surdo-mudez, por si só, não é causa de incapacidade, podendo o surdo-mudo praticar todos os atos da vida civil, inclusive como testemunha, sem qualquer restrição;

C) O maior de dezesseis anos e menor de vinte e um anos é relativamente incapaz, não podendo assim fazer testamento ou ser testemunha em atos jurídicos;

D) O menor não pode recobrar dívida de jogo que voluntariamente pagou;

E) Se houver conflito de interesses entre o absolutamente incapaz e seu representante, o juiz destituirá este.

**65)** Levando em conta as afirmações abaixo, relacionadas à responsabilidade civil:

*1 - É subjetiva a responsabilidade das empresas que exploram estradas de ferro no que se*

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

refere aos danos causados aos proprietários marginais da linha férrea:

II - O empregador responde civilmente pelos danos causados por seus empregados no exercício do trabalho que lhes competir, sendo presumida a culpa do empregador pelo ato culposo do empregado:

III - Nas ações de regresso do Estado contra o agente faltoso a responsabilidade será subjetiva:

IV - O fiador é solidariamente responsável pelas dívidas do afiançado, não lhe sendo assegurado o benefício de ordem:

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente uma afirmação está certa;
- C) Somente duas afirmações estão corretas;
- D) Somente três afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

66) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, ou empregue a vida em viagens, sem ponto central de negócios:

- A) O lugar em que está situado o seu bem imóvel;
- B) O lugar que constar da declaração de rendimentos da Receita Federal;
- C) O lugar em que for encontrada;
- D) O lugar referente ao cadastramento do título de eleitor;
- E) Todas as alternativas acima estão erradas.

67) Considerando as assertivas abaixo:

A consignação tem lugar:

I - Se o credor, com justa causa, recusar receber o pagamento:

II - Se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condições devidas:

III - Se pender litígio sobre o objeto do pagamento.

Responda:

- A) Apenas a assertiva I está correta;
- B) Apenas a assertiva II está correta;
- C) Apenas a assertiva III está correta;
- D) Apenas as assertivas II e III estão corretas;
- E) Todas as assertivas estão corretas.

68) Para alterar os estatutos da fundação é mister:

- A) Que a reforma seja deliberada pela maioria simples dos competentes para gerir e representar a fundação;
- B) Que a reforma seja deliberada por 1/4 (um quarto) dos administradores e representantes da fundação;
- C) Que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação;
- D) Que a reforma seja deliberada por qualquer número dos competentes para gerir e representar a fundação, desde que por ocasião da segunda chamada da convocação;

E) Que a reforma seja deliberada tão-somente por aqueles competentes para gerir a fundação.

69) Assinale a alternativa correta:

A) O terceiro que cria embaraços à efetivação de provimentos judiciais de natureza antecipatória ou final, pratica ato atentatório ao exercício da jurisdição. Por isso, está sujeito a multa a ser fixada de acordo com a gravidade da conduta, nos próprios autos pelo juiz da causa, em montante não superior a 20% sobre o valor da causa; não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita sempre como dívida ativa da União ou do Estado;

B) Verificada a litigância de má-fé, o juiz, nos próprios autos, fixará o valor da indenização em quantia não superior a 20% sobre o valor da condenação;

C) A alteração da verdade dos fatos somente será reputada como litigância de má-fé se ficar caracterizado o dolo;

D) O terceiro que não cumpre com exatidão os provimentos mandamentais está sujeito, apenas e tão-somente, às conseqüências penais;

E) A multa decorrente da litigância de má-fé pode ser determinada de ofício pelo juiz ou tribunal; contudo, os prejuízos decorrentes da litigância de má-fé somente poderão ser suportados pelo "improbis litigator" em ação autônoma.

70) Em relação aos recursos no processo civil, assinale a alternativa certa:

A) Estão sujeitos ao duplo grau de jurisdição, independentemente do valor controvertido, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;

B) A apelação interposta contra sentença que confirma a antecipação dos efeitos da tutela deverá ser recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo;

C) Existindo no acórdão de câmara de Tribunal de Justiça parte unânime decidindo matéria constitucional e federal, bem como parte não unânime, o sucumbente deverá interpor, simultaneamente, em petições distintas, recurso extraordinário e recurso especial da parte unânime, bem como embargos infringentes da parte cuja decisão foi por maioria de votos;

D) Para o STJ não cabem embargos infringentes contra acórdão proferido por maioria de votos em agravo retido;

E) Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento, sendo desnecessário o retorno dos autos à primeira instância para que aprecie o mérito.

71) Considerando as afirmações abaixo, relacionadas à execução contra a Fazenda Pública:

*I - Tratando-se de execução contra Fazenda Pública Municipal, independentemente do valor da condenação, o pagamento far-se-á exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, sendo obrigatória a inclusão no orçamento de verba necessária ao pagamento:*

*II - Na execução contra a Fazenda Pública Federal, oriunda de processo que tramitou perante os Juizados Especiais Federais Cíveis, com condenação inferior a sessenta salários mínimos, caberá ao juiz da execução expedir ofício requisitando o pagamento no prazo de sessenta dias, independentemente de precatório, sob pena de seqüestro suficiente ao cumprimento da decisão:*

*III - Em relação aos precatórios, os créditos, independentemente da sua natureza, deverão ser pagos observando-se a ordem de apresentação:*

*IV - É vedado o fracionamento do pagamento do valor executado, mediante a expedição de simples requisição referente à importância fixada pela legislação para débitos de pequeno valor, e, o restante, mediante a expedição de precatório:*

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente uma afirmação está certa;
- C) Somente duas afirmações estão corretas;
- D) Somente três afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

72) Em relação à competência, assinale a alternativa errada:

- A) Para o STF, após a decretação da falência da reclamada, compete ao juízo falimentar prosseguir a execução de crédito trabalhista;
- B) Para o STJ a incompetência em razão do lugar não pode ser declarada de ofício;
- C) Compete ao TST dirimir conflito de competência verificado entre Juiz de Direito investido de competência trabalhista de um Estado e Juiz do Trabalho de outro Estado;
- D) Compete à Justiça Estadual processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical;
- E) Para o TST compete à Justiça do Trabalho julgar ação movida por servidor público estadual ou municipal, contratado para exercer funções temporárias ou de natureza técnica decorrente de lei especial, inclusive para apreciar a ocorrência de eventual desvirtuamento de regime especial.

73) Assinale, do ponto de vista do processo civil, a alternativa errada:

- A) São títulos executivos judiciais, entre outros, a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que verse matéria não posta em juízo, bem como a sentença arbitral;
- B) Na execução provisória de sentença que deferiu crédito de natureza alimentar até o limite de sessenta vezes o salário mínimo, o juiz, verificando que o exequente se encontra em estado de necessidade, pode dispensá-lo de caução idônea para autorizar o levantamento de depósito em dinheiro;
- C) Não é obrigatória a expedição de carta precatória com o único objetivo de determinar a penhora de bem imóvel localizado em outra comarca;
- D) Para o STJ é admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse oriunda de compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro;
- E) Para o STJ nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito goza de autonomia em razão da liquidez do título que a origina.

74) Observadas as regras do processo civil vigentes acerca da prova testemunhal, é correto afirmar:

- A) São considerados absolutamente incapazes o surdo e o cego, bem como o enfermo que, ao tempo em que ocorreram os fatos, não estava apto para transmitir suas percepções;
- B) Havendo necessidade estrita, o juiz ouvirá testemunhas impedidas, incapazes ou suspeitas;
- C) A testemunha prestará compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado;
- D) As perguntas que o juiz indeferir serão obrigatoriamente transcritas no termo de audiência, independentemente de requerimento do interessado;
- E) A testemunha, quando sujeita ao regime da legislação trabalhista, pode requerer ao juiz o reembolso dos descontos salariais decorrentes do comparecimento em Juízo, devendo a parte interessada depositar o valor correspondente.

75) À luz do processo civil, incumbe às partes, no prazo que o juiz fixará ao designar a data de audiência, depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, profissão, residência e o local de trabalho. Omitindo-se o juiz, o rol será apresentado:

- A) Até 05 (cinco) dias antes da audiência
- B) Até 48 (quarenta e oito) horas antes da audiência;
- C) Até a abertura da audiência;
- D) Até 10 (dez) dias antes da audiência;
- E) Até 08 (oito) dias antes da audiência.

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

76) A antecipação, total ou parcial, dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial não será concedida quando:

- A) Houver fundado receio de dano irreparável;
- B) Concretamente manifesto o propósito protelatório do réu;
- C) Houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado;
- D) Caracterizado o abuso de defesa;
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

77) Quando a sociedade, dissolvida por morte de um dos sócios, tiver de continuar com os herdeiros do falecido, se entre os herdeiros algum ou alguns forem menores:

- A) Estes não poderão ter parte nela, salvo com o consentimento do responsável legal;
- B) Estes não poderão ter parte nela, salvo com autorização judicial;
- C) Estes poderão ter parte nela, sem qualquer ressalva;
- D) Estes nunca poderão ter parte nela;
- E) Estes poderão ter parte nela, desde que legitimamente emancipados.

78) Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, em caso de falência:

- A) Somente os sócios majoritários respondem solidariamente pela parte que faltar para preencher o pagamento das quotas não inteiramente liberadas;
- B) Todos os sócios respondem solidariamente pela parte que faltar para preencher o pagamento das quotas não inteiramente liberadas;
- C) Todos os sócios respondem subsidiariamente pela parte que faltar para preencher o pagamento das quotas não inteiramente liberadas;
- D) Somente os sócios-gerentes respondem pela parte que faltar para preencher o pagamento das quotas não inteiramente liberadas;
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta;

79) No que tange ao controle jurisdicional dos atos administrativos, é correto afirmar:

- A) Os atos administrativos, inclusive os especiais ou individuais, podem ser revogados pela autoridade competente, independentemente de qualquer circunstância, e dos direitos subjetivos dos seus destinatários;
- B) Ocorre a anulação do ato administrativo quando declarada a sua invalidade, por ser ilegítimo ou ilegal, pelo Poder Judiciário, ao qual está destinada, exclusivamente, a competência para efetivá-la;
- C) Não só o aspecto formal do ato, ou a afronta direta à lei, justificam a sua anulação, mas também a violação dos princípios constitucionais que regem a administração, bem como dos critérios de oportunidade e conveniência;

D) Verificada a infração à lei, o ato pode ser anulado "ex officio", pelo seu agente, ou por autoridade superior, que tenha ciência da ilegalidade;

E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

80) Levando em conta as afirmações abaixo:

*I - Para o STF não podem ser penhorados bens da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, por ser uma empresa que presta serviço público; por conta disso, tem sido admitida a oposição da chamada exceção de pré-executividade tentando impedir a constrição dos bens da referida empresa;*

*II - A ocupação indevida de bens públicos por particulares pode ser repelida pelos meios administrativos, independentemente de ordem judicial, por se tratar de ato auto-aplicável;*

*III - De acordo com a jurisprudência dominante, aquele que, por 20 (vinte) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel público, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título e boa-fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis;*

*IV - Os bens das empresas estatais que explorem atividade econômica, conquanto sejam considerados bens públicos, prestam-se a oneração como garantia real, sujeitando-se ainda a penhora por dívidas da entidade;*

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente uma afirmação está certa;
- C) Somente duas afirmações estão corretas;
- D) Somente três afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

81) Relativamente ao fundamento do Poder de Polícia, conferido à Administração Pública, é correto afirmar:

- A) Visa limitar a atuação da Administração Pública em prol dos interesses individuais;
- B) Visa limitar a atuação dos grandes grupos econômicos, em prejuízo da economia popular, donde sua larga e exclusiva utilização pelo Poder Executivo;
- C) Visa garantir a liberdade individual, contra atuação desmedida de outrem, que venha a agredi-la;
- D) Visa fazer prevalecer o interesse público, em seu sentido amplo, sobre o interesse particular, limitando este, em prol daquele;
- E) Visa proteger o patrimônio dos indivíduos, donde possível sua utilização pelo Poder Legislativo, com medidas preventivas, e também pelo Poder Executivo, com medidas repressivas.

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

82) Em se tratando de bens públicos, é incorreto afirmar:

- A) Que podem ser as coisas corpóreas e incorpóreas, móveis, imóveis e semoventes;
- B) Que os bens dominicais são os que constituem o patrimônio da União, dos Estados ou dos Municípios, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades;
- C) Desafetado um que anteriormente tinha destinação específica, poderá, então, ser alienado;
- D) Os de uso comum e os de uso especial têm como traço característico sua absoluta inalienabilidade, o que não se dá com os dominicais, que podem ser alienados, na forma da lei;
- E) Que podem ser créditos, direitos e ações.

83) Assinale a alternativa errada:

- A) O superior hierárquico que, prevalecendo-se dessa condição, assedia sexualmente empregada, além de praticar falta grave patronal, podendo a empregada considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear a devida indenização, também estará sujeito a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos;
- B) A inclusão da empregada doméstica no FGTS é mera faculdade patronal;
- C) A exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez, além de constituir crime, impede o empregador de obter empréstimo ou financiamento junto a instituições financeiras oficiais;
- D) Caso a negociação entre empregados e empresa referente à participação nos lucros ou resultados resulte em impasse, as partes poderão se valer da arbitragem de ofertas finais;
- E) Para a jurisprudência predominante no TST o conceito de "mesma localidade" previsto no art. 461 da CLT não se aplica a municípios distintos que pertençam à mesma região metropolitana.

84) Em relação à estabilidade ou garantia de emprego, à luz do entendimento predominante no TST e considerando as afirmações abaixo:

- I - Os membros suplentes do conselho fiscal de cooperativas têm direito à estabilidade provisória;*
  - II - O suplente da CIPA não goza da garantia de emprego;*
  - III - Considerando que o aviso prévio integra o tempo de serviço para todos os efeitos, o registro de candidatura a dirigente sindical no curso do aviso prévio lhe garante a estabilidade provisória;*
  - IV - Para ter direito à estabilidade provisória é irrelevante a comunicação ao empregador, pela entidade sindical, do resultado da eleição sindical.*
- Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente uma afirmação está certa;
- C) Somente duas afirmações estão corretas;
- D) Somente três afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

85) Em relação ao trabalho rural, considerando as afirmações abaixo:

*I - Em que pese o fato de a legislação rural não tratar expressamente do adicional de insalubridade, o TST vem entendendo que o trabalhador rural tem direito ao adicional de insalubridade, observando-se a necessidade da verificação, na forma da lei, de condições nocivas à saúde;*

*II - Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, solidariamente responsáveis, que outorgarão a um deles poderes para contratar, gerir e demitir empregados;*

*III - Considera-se trabalho noturno, que será acrescido de 25% sobre a remuneração normal, o executado na lavoura entre 21h00 e 5h00, e, na pecuária, das 20h00 às 4h00;*

*IV - Em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e alimentação, observando-se os usos e costumes da região;*

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente uma afirmação está certa;
- C) Somente duas afirmações estão corretas;
- D) Somente três afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

86) Assinale, à luz da jurisprudência dominante no TST e da legislação vigente no que pertine ao FGTS, a alternativa incorreta:

- A) "A" foi admitido para trabalhar para "B" no dia 01/01/90, tendo obtido aposentadoria espontânea no dia 31/12/97, continuando a trabalhar ininterruptamente até o dia 01/01/02, quando foi injustamente dispensado; além disso, no dia 01/01/00, observando a legislação vigente, levantou o saldo então existente do FGTS para financiamento imobiliário. Assim, "A" tem direito à multa de 40% sobre todos os depósitos corrigidos referentes ao período de 01/01/98 a 01/01/02;
- B) O FGTS incide sobre o aviso prévio indenizado;
- C) O empregador, nos contratos de aprendizagem, está obrigado a recolher mensalmente o FGTS correspondente a 2% (dois por cento) da remuneração paga ou devida;
- D) O sindicato não tem legitimidade ativa para postular em juízo, na condição de substituto processual dos empregados sindicalizados, os depósitos do FGTS não efetuados pelo empregador;
- E) O FGTS não incide sobre as férias indenizadas.

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

87) Considerando as assertivas abaixo:

I) Não serão computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos. Este é entendimento jurisprudencial, sem previsão legal;

II) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, será computado na jornada de trabalho, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público e o empregador fornecer a condução. Trata-se de posicionamento jurisprudencial, sem previsão legal;

III) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta e cinco horas semanais;

IV) Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras;

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente três afirmações estão corretas;
- C) Somente uma afirmação está correta;
- D) Somente duas afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

88) Considerando as assertivas abaixo:

I) O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório, de acordo com a legislação, de forma incondicionada, será computado no período aquisitivo das férias;

II) Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se este estiver necessitando de forma imperiosa de serviços urgentes, o que constitui uma permissão legal;

III) A época da concessão das férias será a que melhor consulte aos interesses das partes contratantes;

IV) Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado no seis meses que precedem à concessão das férias;

Assinale a alternativa correta:

- A) Somente uma afirmação está errada;
- B) Todas as afirmações estão erradas;
- C) Somente duas afirmações estão certas;
- D) Todas as afirmações estão certas;
- E) Somente três afirmações estão erradas.

89) Empregado que toma a iniciativa de romper o contrato, cujo período de vigência da relação é inferior a um ano, fará jus ao recebimento de:

I - Gratificação de natal fracionada, correspondente a 1/12 por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 dias de trabalho;

II - Férias proporcionais e abono de 1/3;

III - Liberação do FGTS, sem o acréscimo de 40%;

IV - Depósitos na conta vinculada do FGTS, sem direito a movimentação;

V - Aviso prévio.

Responda:

- A) Estão corretas as assertivas I e II;
- B) Estão corretas as assertivas I e III;
- C) Estão corretas as assertivas II e IV;
- D) Estão corretas as assertivas I e IV;
- E) Estão corretas as assertivas II e V.

90) Assinale a única hipótese que não é de interrupção do contrato de trabalho:

- A) Afastamento do empregado em decorrência do gozo de férias;
- B) Afastamento do empregado para exercer mandato sindical, quando a empregadora não estiver obrigada ao pagamento de salários;
- C) Afastamento do empregado decorrente de doença, durante os primeiros 15 (quinze) dias;
- D) Afastamento do empregado para o gozo de licença-paternidade;
- E) Afastamento do empregado para gozo de licença remunerada.

91) Considerando as proposições abaixo:

I - A Constituição Federal consagrou o princípio da irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo. Tal proibição de redução salarial, segundo jurisprudência consagrada pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, é nominal e real, estando protegido o poder aquisitivo do trabalhador;

II - A impenhorabilidade do salário prevista em lei é absoluta, não se admitindo eventual restrição do seu valor para garantir o pagamento de dívida, de qualquer natureza, contraída pelo empregado;

III - Em observância ao princípio da intangibilidade, os salários não podem sofrer descontos, salvo os fiscais e previdenciários, além das faltas injustificadas ao trabalho e as contribuições sindicais autorizadas por instrumento normativo;

IV - Não se admite o pagamento de salário em utilidades, nem mesmo de forma parcial;

V - Não há restrição legal ao ajuste e pagamento de salário em moeda estrangeira.

Assinale a alternativa correta:

- A) Somente as proposições I e II são verdadeiras;
- B) Somente as proposições III e IV são verdadeiras;
- C) Somente as proposições II e III são verdadeiras;
- D) Somente as proposições II e V são verdadeiras;
- E) Nenhuma das proposições é verdadeira.

92) Para o direito do trabalho, os vocábulos vigia e vigilante:

- A) São sinônimos, referindo-se ao exercício de uma única espécie de atividade;
- B) Referem-se a atividades diferentes. O vigilante é contratado visando a segurança de estabelecimentos financeiros, empresas de vigilância e transporte de valores, devendo

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

atender a requisitos específicos para o exercício da profissão. Exerce, pois, funções mais complexas e para as quais se exige maior preparo do que as aviadas pelo que exerce a função de vigia;

C) Referem-se a atividades diferentes, sendo vigia o empregado contratado visando a segurança para estabelecimentos financeiros, empresas de vigilância e transporte de valores. Deve atender a requisitos específicos para o exercício da profissão, com funções mais complexas e para as quais se exige maior preparo do que as aviadas pelo que exerce a função de vigilante;

D) A diferença existe, mas se refere apenas ao fato de que o vigilante exerce suas funções ligadas à segurança de estabelecimentos financeiros, empresas de vigilância e transporte de valores, o que não acontece com o vigia, observando-se, quanto ao mais, para o exercício de qualquer uma dessas atividades, o atendimento dos mesmos requisitos legalmente exigíveis, formação em curso realizado em estabelecimento de funcionamento autorizado inclusive;

E) A diferença existe, pois o vigia, apesar de atender aos mesmos requisitos legalmente exigíveis ao vigilante, trabalha apenas para pessoa física, podendo atender, de forma concomitante, a uma ou várias pessoas físicas, como se dá com os vigias de rua.

**93)** À luz da jurisprudência dominante do TST, assinale a alternativa correta:

A) Cabe recurso ordinário para o TST de decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho em agravo regimental interposto contra despacho que concede ou não liminar em ação cautelar ou em mandado de segurança;

B) É ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, dada a incompatibilidade com o processo do trabalho e com o Enunciado nº 236 do TST, sendo cabível o mandado de segurança visando à realização da perícia independentemente do depósito;

C) A decisão ou acordo judicial subjacente à reclamação trabalhista, cuja tramitação deixa nítida a simulação do litígio para fraudar a lei e prejudicar terceiros, enseja ação rescisória, com lastro em colusão. No juízo rescisório, o processo simulado deve ser julgado improcedente;

D) Não perde objeto o mandado de segurança que impugna tutela antecipada pelo fato de haver sido proferida sentença de mérito nos autos originário;

E) O litisconsórcio, na ação rescisória, é facultativo em relação ao pólo passivo.

**94)** À luz da jurisprudência dominante do TST, assinale a alternativa correta:

A) A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios não pode ocasionar efeito modificativo no julgado;

B) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, onde cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessário que a matéria nele vinculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária;

C) O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto à parte das matérias veiculadas impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo própria a interposição de agravo de instrumento;

D) A conclusão acerca da ocorrência de violação literal de lei pressupõe pronunciamento implícito, na sentença rescindenda, sobre a matéria veiculada;

E) Quando o sindicato for autor da ação na condição de substituto processual, não serão devidos os honorários advocatícios.

**95)** Em determinada sentença trabalhista foi constando como devedor principal aquele que deveria ser condenado como devedor subsidiário, considerando os termos da petição inicial, as contestações, bem como as provas produzidas nos autos. Diante disso, é correto afirmar:

A) Trata-se de erro substancial, por alterar a figura do titular da obrigação, transferindo-a a quem não o é, com repercussões na esfera jurídica deste último, que passa, então, a ter obrigação diversa daquela que deveria ser-lhe atribuída;

B) Como ambos foram tidos como devedores, não há maiores repercussões decorrentes da forma em que dispôs a sentença, o que pode ser acertado quando de sua liquidação;

C) Como o exequente deverá, de todo modo, dirigir a execução contra aquele que, na realidade, é o devedor principal, independentemente de possível equívoco que conste do título executivo judicial, não há prejuízo ao devedor subsidiário, não havendo assim como se falar em prejuízo;

D) Trata-se de mero erro material, que pode ser corrigido a qualquer tempo, por simples requerimento da parte ou de ofício;

E) Trata-se de erro que pode ser corrigido por simples requerimento da parte ou de ofício, mas terá de ser postulado antes do início da execução.

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

96) De acordo com a interpretação literal da legislação processual trabalhista, constitui título executivo extrajudicial:

*I - Termo de conciliação, regularmente formalizado, proveniente de comissão de conciliação prévia;*

*II - Termo de conciliação, assinado pelas partes e por duas testemunhas, devidamente homologado pelo juiz;*

*III - Termo de compromisso de ajuste de conduta firmado pelo empregador perante o Ministério Público do Trabalho, em inquérito civil público ou procedimento investigatório;*

*IV - Termo de rescisão contratual, onde o empregador reconhece expressamente o direito quanto às parcelas trabalhistas correspondentes, constituindo prova escrita inequívoca do débito.*

Responda:

- A) As assertivas I e II estão corretas;
- B) As assertivas II e III estão corretas;
- C) As assertivas III e IV estão corretas;
- D) As assertivas I e IV estão corretas;
- E) As assertivas I e III estão corretas.

97) Conforme entendimento do TST, considerando as assertivas abaixo:

*I - Mesmo quando o sindicato é réu na ação rescisória, por ter sido autor, como substituto processual na ação originária, é necessária a citação dos substituídos;*

*II - No processo trabalhista a condenação em honorários advocatícios é imperativa, em se tratando de ação rescisória, não apenas nas hipóteses previstas na Lei 5584/70;*

*III - A conclusão acerca da ocorrência de violação literal de lei pressupõe pronunciamento explícito, na sentença rescindenda, sobre a matéria veiculada;*

Responda:

- A) As assertivas I e II estão corretas;
- B) As assertivas I e III estão corretas;
- C) Apenas a assertiva II está correta;
- D) Apenas a assertiva III está correta;
- E) As assertivas II e III estão corretas.

98) De acordo com o entendimento do TST, considere as assertivas abaixo:

*I - A federação tem legitimidade para ajuizar ação de cumprimento prevista no artigo 872, parágrafo único, da CLT na qualidade de substituto processual da categoria profissional inorganizada;*

*II - É suspeita a testemunha pelo simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador;*

*III - Os débitos trabalhistas das entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial estão sujeitos a correção monetária desde o respectivo vencimento até seu efetivo pagamento, sem interrupção*

*ou suspensão, não incidindo, entretanto, sobre tais débitos, juros de mora.*

Responda:

- A) Apenas a assertiva I está correta;
- B) As assertivas I e III estão corretas;
- C) Apenas a assertiva III está correta;
- D) Apenas a assertiva II está correta;
- E) As assertivas II e III estão corretas.

99) Em relação às partes no processo do trabalho, assinale a alternativa correta:

A) Para a jurisprudência dominante no STF e TST o art. 8º, III, da Constituição Federal assegura a substituição processual pelo sindicato;

B) O TST permite que os substituídos intervenham no processo movido pelo sindicato na condição de substituto processual e transijam com o reclamado independentemente da autorização do substituto, por se tratar da hipótese de assistência simples;

C) Para o TST a denúncia da lide é compatível com o processo do trabalho, como por exemplo nos processos em que o sucessor, que adquiriu a reclamada, denuncia o sucedido que se responsabilizou contratualmente pelos débitos trabalhistas anteriores à sucessão;

D) Para o TST, o empregador pode designar como preposto contador autônomo;

E) Todas as alternativas acima estão erradas.

100) Considerando as afirmações abaixo, à luz da jurisprudência majoritária do TST e da legislação vigente:

*I - É cabível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial que, de ofício, arbitra novo valor da causa, acarretando a majoração das custas processuais, por inexistir recurso específico contra o ato;*

*II - A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data do ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo;*

*III - Caso o juiz rejeite a impugnação ao valor da causa, o prejudicado somente poderá reiterar o pedido de revisão da decisão como matéria preliminar quando da interposição do recurso ordinário, pois no processo do trabalho vige o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias;*

*IV - O valor da causa não tem qualquer relevância jurídica no processo do trabalho, a ponto de sequer constar como um dos requisitos essenciais da petição inicial trabalhista elencados no art. 840 da CLT.*

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente uma afirmação está certa;
- C) Somente duas afirmações estão corretas;
- D) Somente três afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA  
MAGISTRATURA DO TRABALHO  
CAMPINAS**

**Prova de conhecimentos gerais de direito  
1ª etapa – 19/10/2002**

**INSTRUÇÕES:**

1. Seus dados pessoais e sua assinatura devem constar apenas do canhoto destacável. Não rubrique, não dobre e não amasse a FOLHA-RESPOSTA. Não torne a prova identificável, por qualquer meio, SOB PENA DE SUMÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO.
2. Verifique se o caderno de perguntas contém 50 questões.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada. Os fiscais não darão quaisquer esclarecimentos, pois a compreensão da prova é encargo do candidato.
4. São proibidas quaisquer consultas.
5. A folha de respostas deve ser assinalada com caneta esferográfica PRETA. Não se admite rasura na folha-resposta ou o uso de corretivos.
6. A prova tem duração de 04 horas.

**Comissão do concurso:**

Juiz Carlos Alberto Moreira Xavier – Presidente  
Juiza Irene Araiun Luz - Membro  
Dr. Mauro Barbosa (representante da OAB)

**Comissão da prova:**

Juiz Fernando da Silva Borges – Presidente  
Juiza Mariane Khayat Fonseca do Nascimento - Membro  
Dra. Iara Aparecida Moura Martins (representante da OAB)

**Suplentes:**

Juiz Samuel Hugo Lima  
Juiz Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani  
Dr. Luiz Donato Silveira (representante da OAB)

**BOA PROVA !!!**

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

01) Considerando as afirmativas abaixo:

I – Quanto ao direito de greve, é certo dizer que a lei pode definir os procedimentos de seu exercício, os abusos e as respectivas penas, e estabelecer limites no que se refere à oportunidade e aos interesses que devam ser defendidos;

II – A garantia da liberdade sindical implica, efetivamente: liberdade de fundação, liberdade de adesão, liberdade de atuação, liberdade de filiação;

III – O sindicato, ao atuar na condição de substituto processual, age como representante da respectiva categoria nas negociações e nos dissídios coletivos de trabalho;

IV – O princípio da igualdade jurisdicional implica numa vedação ao juiz de fazer distinção entre situações iguais, ao aplicar a lei;

Responda:

- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

02) Considere as seguintes afirmativas:

I – A competência da Justiça do Trabalho abrange os dissídios envolvendo a Administração Pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União e todos os seus servidores;

II – A competência do TST está restrita a matéria recursal;

III – Os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça tomam-se vitalícios após dois anos de exercício;

IV – São garantias institucionais do Poder Judiciário: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.

Responda:

- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

03) Analise as afirmativas abaixo:

I – São princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

II – Fazem parte da administração pública descentralizada: empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias;

III – O princípio da impessoalidade significa que a administração não pode fazer distinções de caráter pessoal no seu relacionamento com os administrados;

IV – A improbidade administrativa é uma imoralidade qualificada pelo dano ao erário e correspondente vantagem ao ímprobo ou a outrem;

Responda:

- A) As assertivas I, II e III estão incorretas;
- B) As assertivas II e III estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) As assertivas I, II e IV estão corretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

04) Relativamente ao concurso público, para o ingresso no serviço público, é incorreto afirmar:

- A) Será sempre de provas e títulos;
- B) Será de provas ou de provas e títulos, salvo as exceções estabelecidas pela própria Constituição;
- C) Será, necessariamente, de provas e títulos para o ingresso no Magistério Público;
- D) Será, necessariamente, de provas e títulos para o ingresso de Procuradores dos Estados e do Distrito Federal;
- E) Não será, necessariamente, de provas e títulos para o ingresso de Procuradores Municipais.

05) Sobre a competência legislativa:

I - Nos casos de competência legislativa concorrente, a competência da União é limitada ao estabelecimento de normas gerais;

II - Lei federal posterior acerca de normas gerais susta a eficácia da lei estadual, integralmente;

III - Quando não há lei federal genérica, detém o Estado a competência plena para legislar sobre a matéria;

IV - A competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, aplica-se ao direito tributário, aos procedimentos em matéria processual, a proteção à infância.

Responda:

- A) As assertivas I, III e IV estão corretas;
- B) As assertivas I e II estão corretas;
- C) As assertivas II e III estão corretas;
- D) Apenas a assertiva IV está correta;
- E) As assertivas II, III e IV estão corretas.

06) Considere as assertivas abaixo:

I - Por intermédio do "habeas data" poderá ser pleiteada informação relativa ao próprio impetrante, e a terceiros indistintamente;

II - O "habeas data" não pode ser ajuizado por pessoa jurídica, dado o caráter personalíssimo dessa ação constitucional;

III - Dispensa-se o anterior ingresso à via administrativa para a propositura do "habeas data", visto ser um remédio de previsão constitucional.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas as assertivas I e III estão certas;
- B) Apenas a assertiva I está certa;
- C) Todas as assertivas estão certas;
- D) Todas as assertivas estão erradas;
- E) Apenas as assertivas I e II estão certas.

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

07) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação de projeto de lei:

- A) Ao Presidente da República;
- B) Ao Presidente do Congresso Nacional;
- C) À Mesa do Senado Federal;
- D) À Câmara dos Deputados;
- E) A qualquer das Casas do Congresso Nacional

08) Considerando que na conta de liquidação não se poderá modificar ou inovar a sentença liquidanda, assinale a alternativa correta:

- A) A conta de liquidação deverá abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias;
- B) O cálculo das contribuições previdenciárias devidas será sempre elaborado pela Previdência Social;
- C) A atualização do crédito devido à Previdência Social observará os mesmos critérios estabelecidos para a atualização do crédito trabalhista;
- D) O cálculo das contribuições previdenciárias devidas poderá ser elaborado também pelas partes, mas como a execução se processa "ex officio", não será necessário intimar a Previdência Social para manifestar-se a respeito;
- E) Elaborada a conta e tornada líquida, o juiz poderá abrir às partes e à Previdência Social prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada, com indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

09) Considerando as assertivas abaixo:

*I - O recolhimento das contribuições devidas à Seguridade Social será efetuado pelo empregador exclusivamente quanto à folha de salários e sobre alguns rendimentos do trabalho pagos ou creditados;*

*II - O recolhimento das contribuições devidas à Seguridade Social será efetuado pelo empregador quanto à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;*

*III - O recolhimento das contribuições devidas à Seguridade Social será efetuado pelo empregador exclusivamente quanto à folha de salários;*

Responda:

- A) Apenas a assertiva I está correta;
- B) Apenas a assertiva III está correta;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) Todas as assertivas estão incorretas;
- E) Apenas a assertiva II está correta.

10) Relativamente à imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos, aponte a alternativa falsa:

- A) Os agentes diplomáticos gozam de imuni-

dade penal de jurisdição no Estado acreditado;

B) Por se tratar de garantia de ordem pública, somente o Estado acreditante - e não o agente diplomático - pode renunciar à imunidade;

C) Se um agente diplomático propuser ação judicial no Estado acreditado, não lhe será permitido invocar a imunidade de jurisdição em sede de reconvenção diretamente ligada à ação principal;

D) A renúncia à imunidade de jurisdição no tocante às ações cíveis implica, também, na renúncia à execução da respectiva sentença, sendo desnecessária nova renúncia;

E) O agente diplomático não é obrigado a prestar depoimento como testemunha.

11) Quanto aos crimes contra a administração da justiça, é incorreto afirmar:

A) A retratação feita pelo agente, mesmo antes de ser proferida sentença na ação em que cometeu falso testemunho, não retira a punição a que está sujeito;

B) Comete crime de tergiversação, que é espécie do patrocínio infiel, o advogado que defende, na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias;

C) Comete crime de fraude processual aquele que inova artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o perito;

D) Fica isento de pena o irmão do criminoso que lhe presta auxílio com o objetivo de subtrair-lo à ação da autoridade judiciária, policial ou administrativa;

E) Comete crime de favorecimento real aquele que presta a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.

12) Assinale a alternativa correta:

A) É crime de difamação imputar a alguém, falsamente, fato definido como crime;

B) O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento da pena;

C) Não se admite a exceção da verdade quando se tratar do crime de calúnia;

D) Cometerá crime de injúria ou de difamação, a parte ou seu procurador, pela ofensa feita na discussão da causa;

E) As alternativas B e C estão corretas.

13) Levando em conta, à luz do direito civil, as afirmações abaixo:

*I - Obrigação moral é aquela que constitui um mero dever de consciência, cumprido por liberalidade apenas por questão de princípios, como, por exemplo, a obrigação de cumprir*

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

determinação de última vontade que não tenha sido expressa em testamento:

II - Na obrigação natural o credor não pode exigir do devedor o seu cumprimento, como, por exemplo a obrigação de pagar dívida de jogo. Por isso, a obrigação natural não pode ser compensada com obrigação civil:

III - Na obrigação de dar coisa incerta, se as partes nada estipularem a respeito, a escolha cabe ao devedor.

IV - A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente do consentimento deste:

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmações estão erradas;
- B) Somente uma afirmação está certa;
- C) Somente duas afirmações estão corretas;
- D) Somente três afirmações estão corretas;
- E) Todas as afirmações estão corretas.

14) Considerando as afirmações abaixo:

I - A nulidade do ato jurídico pode ser invocada em qualquer fase processual;

II - A nulidade, ainda que parcial, sempre prejudica todo o ato jurídico;

III - Por se tratar de vício insanável, a nulidade da obrigação acessória implica também na nulidade da obrigação principal;

IV - É nulo o ato jurídico praticado por pessoa relativamente incapaz.

Responda:

- A) As assertivas I e III estão corretas;
- B) As assertivas II, III e IV estão incorretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) As assertivas I, II e IV estão incorretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

15) Considerando as afirmativas abaixo:

I - Na decadência, o direito e a respectiva ação nascem simultaneamente;

II - A prescrição, depois de consumada, pode ser objeto de renúncia pelo prescribente;

III - Por se caracterizar em instituto de direito material que gera efeitos no processo, o prazo prescricional é fatal, não havendo como se falar em sua prorrogabilidade;

IV - Finda a causa de interrupção, volta o prazo prescricional a fluir pelo tempo faltante para consumir-se;

Responda:

- A) as assertivas I e III estão corretas;
- B) as assertivas II e IV estão incorretas;
- C) todas as assertivas estão corretas;
- D) as assertivas III e IV estão incorretas;
- E) todas as assertivas estão incorretas.

16) Considerando as afirmações abaixo:

I - Doutrinariamente as sociedades civis se distinguem das associações pela finalidade de lucro, presente nas primeiras e ausente

nas segundas:

II - O direito adquirido pressupõe um direito subjetivo imediatamente incorporado ao patrimônio jurídico de um titular;

III - A nova publicação de lei, contendo correções, é admissível mesmo depois de esgotado o prazo de "vacatio legis";

IV - A revogação da lei pode ser determinada pelo mesmo Poder a quem compete elaborá-la, pode resultar de normas hierarquicamente superiores ou decorrer de declaração de inconstitucionalidade por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

Responda:

- A) As assertivas I e II estão corretas;
- B) As assertivas II e IV estão incorretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) As assertivas III e IV estão corretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

17) Quanto ao ato anulável, não é correto afirmar:

A) Pode ser ratificado pelas partes, salvo direito de terceiro;

B) O ato de ratificação deve conter a substância da obrigação ratificada e a vontade expressa de ratificá-la, valendo a partir de então;

C) É dispensada a ratificação expressa quando a obrigação já foi cumprida em parte pelo devedor, ciente do vício que a inquinava;

D) A ratificação expressa, ou a execução voluntária da obrigação anulável, uma vez feita nos termos da lei, importa renúncia a todas as ações, ou exceções, de que dispusesse contra o ato o devedor;

E) A obrigação simplesmente anulável pode ser confirmada pela novação.

18) Em se tratando de compensação, é incorreto afirmar:

A) Efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis;

B) O fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado, enquanto o devedor só pode compensar com o credor o que este lhe dever;

C) Ocorre quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, ou quando uma mesma pessoa apresenta as qualidades de credor e devedor;

D) Não pode realizar-se a compensação havendo renúncia prévia de um dos devedores;

E) Obrigando-se por terceiro, uma pessoa não pode compensar essa dívida com a que o credor lhe dever.

19) Relativamente à transação, é incorreto afirmar:

A) Quando versar sobre diversos direitos contestados e não prevalecer em relação a

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

um, fica, não obstante, válida relativamente aos outros;

B) Produz entre as partes o efeito de coisa julgada, pelo que não cabe a estipulação de pena convencional;

C) Deve ser interpretada restritivamente e por ela não se transmitem, apenas se declaram ou reconhecem direitos;

D) Só se rescinde por dolo, violência, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa incontroversa;

E) Não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervieram, ainda que diga respeito a coisa indivisível.

20) Estando o devedor em mora e ocorrendo durante o atraso caso fortuito ou força maior que impossibilite o cumprimento da prestação, resultando prejuízos ao credor, é correto afirmar:

A) O devedor responde pelos prejuízos, salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria, ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada;

B) Não cumprindo a obrigação, ou deixando de cumpri-la pelo modo e no tempo devidos, responde o devedor pelos prejuízos, independentemente da ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

C) Considerando que tanto o caso fortuito como a força maior têm efeito liberatório, o devedor não responde pelos prejuízos resultantes;

D) O que importa é a existência da mora. Verificada esta, irrelevante a ocorrência de caso fortuito ou de força maior para definir a obrigação do devedor quanto aos prejuízos resultantes durante o atraso;

E) O devedor responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito, o mesmo não ocorrendo nos casos de força maior.

21) Avalie as afirmativas abaixo, inclusive à luz do processo civil:

*I – O princípio constitucional da inadmissibilidade da prova obtida ilicitamente impede que a parte, por conta própria, intercepte ligação telefônica. Contudo, com a autorização expressa de qualquer juiz, e, desde que não seja possível obter a prova por outro meio, será possível a interceptação telefônica;*

*II – O princípio da iniciativa da parte exclui o impulso oficial do juiz.*

*III – O princípio da economia processual implica na supressão de atos procedimentais que o juiz considere desnecessários à formação do seu convencimento.*

*IV – Em termos de prova, o processo civil é informado pelo princípio da verdade real;*

Responda:

A) As assertivas I e II estão corretas;

B) As assertivas III e IV estão incorretas;

C) Todas as assertivas estão corretas;

D) As assertivas I e III estão corretas;

E) Todas as assertivas estão incorretas.

22) Analise as afirmativas abaixo:

*I – Chama-se originária a competência que subtrai a causa da apreciação dos juizes de primeiro grau;*

*II – Nas ações reais imobiliárias relativas ao direito de propriedade o foro competente é o do domicílio do réu;*

*III – A competência material deve ser argüida por meio de exceção, sob pena de prorrogação;*

*IV – A competência territorial não pode ser modificada pelas partes;*

Responda:

A) As assertivas I, II e IV estão corretas;

B) As assertivas II, III e IV estão incorretas;

C) Todas as assertivas estão corretas;

D) As assertivas I, III e IV estão incorretas.

E) Todas as assertivas estão incorretas.

23) Considerando as seguintes assertivas:

*I – A sentença "citra petita" é nula, por violar o princípio da indeclinabilidade da jurisdição;*

*II – A sentença terminativa põe fim ao processo e, esgotados os recursos possíveis, faz coisa julgada material;*

*III – O efeito negativo da coisa julgada consiste na proibição de se voltar a discutir, ou decidir, o que foi decidido no dispositivo de sentença de mérito irrecorrível em face das mesmas partes, qualquer que seja a ação futura;*

*IV – O efeito preclusivo da coisa julgada implica na impossibilidade de repetição da lide, ainda que sob novos argumentos.*

Responda:

A) As assertivas I, II e IV estão corretas;

B) As assertivas II, III e IV estão incorretas;

C) Todas as assertivas estão corretas;

D) As assertivas I, III e IV estão corretas;

E) Todas as assertivas estão incorretas.

24) Analise as afirmativas abaixo:

*I – O exame de admissibilidade feito pelo juízo "a quo", quando positivo, implica no conhecimento do recurso pelo Tribunal "ad quem";*

*II – O exame do pressuposto relativo ao cabimento e à adequação do recurso sofre influência dos princípios da unirrecorribilidade e da fungibilidade;*

*III – Havendo litisconsortes, o recurso interposto por um deles nunca aproveita os demais;*

*IV – Os embargos de declaração fundados*

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

em omissão têm finalidade integrativa, isto é, de completar o julgado, podendo apresentar efeito modificativo.

Responda:

- A) As assertivas I e II estão corretas;
- B) As assertivas III e IV estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) As assertivas II e IV estão corretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

25) Relativamente à denúncia da lide, é correto afirmar:

- A) Não cabe no procedimento sumário regulado no CPC;
- B) Não cabe em hipótese alguma no processo trabalhista, mas cabe tanto no procedimento ordinário como no procedimento sumário, regulados pelo CPC;
- C) Não cabe apenas no procedimento ordinário trabalhista e no procedimento sumário previsto no CPC;
- D) Não cabe apenas no procedimento sumaríssimo trabalhista e no procedimento sumário previsto no CPC;
- E) Cabe tanto no procedimento ordinário e sumaríssimo no processo do trabalho, como no procedimento ordinário e sumário previstos no CPC.

26) Ocupando o polo passivo de determinada ação, pretendeu a parte fosse tomado seu próprio depoimento pessoal, o que foi indeferido de plano pelo juiz. Pode-se afirmar que tal deliberação foi:

- A) Incorreta, pois não considerou o interesse maior que é a busca da verdade real, que norteia a atividade instrutória na moderna concepção do processo;
- B) Incorreta, pois a parte tem o direito constitucional de expor em juízo a sua versão dos fatos;
- C) Incorreta, eis que, antes de indeferir de plano, o juiz deveria ouvir a parte contrária, que poderia ter interesse no deferimento da pretensão, inclusive para evitar o risco de anulação do feito pela instância superior por cerceamento de defesa;
- D) Incensurável, pois não existe dispositivo legal que assegure à parte, como meio de prova, tal direito;
- E) Incorreta, por caracterizar cerceamento de defesa.

27) Em respeito à boa técnica e ao disposto nos artigos correspondentes no CPC, o juiz, ao examinar a petição inicial, deve principiar por observar:

- A) Primeiramente, se atendidas as condições da ação, deve passar para o exame dos pressupostos processuais e finalmente o mérito;

B) Primeiramente, se atendidos os pressupostos processuais, deve passar para o exame das condições da ação e finalmente do mérito;

C) Primeiramente, deve examinar o mérito, para ver se é atendível. Em caso positivo, deve proceder em seguida ao exame das condições da ação e dos pressupostos processuais;

D) Primeiramente, deve examinar o mérito, para ver se é atendível. Em caso positivo, deve passar para o exame dos pressupostos processuais e finalmente das condições da ação;

E) Primeiramente deve verificar se estão prescritos os direitos postulados.

28) Analise as afirmações abaixo:

I – A falência é um estado de fato que decorre da insolvência real ou presumida.

II – São características do juízo falimentar: indivisibilidade e universalidade.

III – O estabelecimento do termo legal da falência tem por escopo a declaração da ineficácia de todos os atos posteriores, praticados pelo falido.

IV – Os credores preferenciais não se sujeitam à concordata, cujos efeitos atingem exclusivamente os credores quirografários;

Responda:

- A) As assertivas I e III estão corretas;
- B) As assertivas II e IV estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) As assertivas III e IV estão incorretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

29) Analise as afirmações abaixo:

I – Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a omissão da palavra "limitada" da firma ou denominação social implica em ser havidos como solidária e ilimitadamente responsáveis os sócios-gerentes e os que fizerem uso da firma social.

II – O capital das sociedades anônimas deve ser formado exclusivamente por contribuições em dinheiro.

III – São bens que integram o fundo de comércio: as mercadorias, as instalações, as máquinas e utensílios, o imóvel em que se encontra instalado.

IV – É característica da sociedade em conta de participação a figura do sócio oculto;

Responda:

- A) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- B) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15.<sup>a</sup> REGIÃO**

30) Com relação ao tema da responsabilidade civil do Estado, considere as afirmações abaixo:

I – As entidades da administração pública indireta sempre respondem de forma objetiva pelos danos causados a terceiros por seus agentes.

II – A responsabilidade objetiva do Estado decorre dos danos causados a terceiros por seus agentes, ainda que não estejam atuando no exercício de suas funções.

III – Sendo objetiva, a responsabilidade do Estado não admite excludente.

IV – O Estado tem assegurado o direito de regresso apenas na hipótese de o dano ter sido causado por dolo do agente público.

Responda:

- A) Apenas as assertivas I e III estão incorretas;
- B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

31) Analise as afirmações abaixo:

I – O Poder Judiciário pode examinar os atos da Administração Pública de qualquer natureza, sejam gerais ou individuais, unilaterais ou bilaterais, vinculados ou discricionários, apreciando-lhes a legalidade, a moralidade e os motivos.

II – Os atos discricionários não se sujeitam à apreciação judicial, porque baseados nos critérios da conveniência e oportunidade.

III – Constituem privilégios da Administração: prazos dilatados, duplo grau de jurisdição, processo especial de execução, dispensa de preparo.

IV – São meios de controle Judicial dos atos da Administração: "habeas corpus", "habeas data", mandado de injunção, mandado de segurança individual, ação popular.

Responda:

- A) As assertivas I, II e III estão incorretas;
- B) As assertivas II e IV estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas.
- D) As assertivas I, III e IV estão corretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

32) Considere as assertivas abaixo.

I- A revogação do ato administrativo é somente declarada pela Administração, em razão de inconveniência do ato, com efeitos "ex nunc".

II- A invalidação do ato administrativo é somente declarada pela Administração, em razão de inconveniência do ato, com efeitos "ex nunc".

III - A revogação do ato administrativo pode ser declarada pelo Judiciário, em razão de ilegitimidade do ato, com efeitos ex tunc.

IV- A invalidação do ato administrativo pode

ser declarada pela Administração e pelo Poder Judiciário, em razão da ilegitimidade do ato, com efeitos "ex tunc".

Responda:

- A) Apenas a assertiva I está correta;
- B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas;
- C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- D) Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- E) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

33) Considerando as assertivas abaixo.

I – Para a legitimidade de um ato administrativo é insuficiente o fato de não ser ofensivo à lei.

II – Nas regras do concurso público não podem ser feitas discriminações entre brasileiros natos ou naturalizados, salvo em relação aos cargos arrolados no art. 12, parágrafo 3º, da Lei Maior que prevê apenas aos brasileiros natos.

III – A auto-executoriedade, ou seja, a faculdade de a Administração decidir e executar diretamente a sua decisão por seus próprios meios, sem intervenção do Judiciário, é outro atributo do poder de polícia;

Responda:

- A) Apenas a assertiva III está correta;
- B) As assertivas I, II e III estão corretas;
- C) Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- D) Apenas a assertiva II está correta;
- E) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

34) Considerando as seguintes assertivas:

I - O "jus variandi" concedido pela lei ao empregador representa exceção ao princípio da inalterabilidade unilateral das condições de trabalho prevista no art. 468, da CLT;

II - O início da vigência das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho depende, necessariamente, da prévia apresentação de uma via no órgão competente do Ministério do Trabalho;

III – As Centrais Sindicais não integram o sistema sindical brasileiro, embora também não haja expressa vedação constitucional ou legal à sua existência;

IV - O texto em vigor da Constituição Federal garante a livre associação sindical, como também veda a interferência do Poder Público na organização sindical. Todavia, paradoxalmente, não permite a pluralidade sindical

Responda:

- A) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) Apenas as assertivas I e II estão incorretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

35) Considerando os adicionais de insalubridade e de periculosidade, bem como as alterações das Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho :

*I - A alteração retroage em benefício do empregado.*

*II - O direito ao adicional cessará com a eliminação do risco à saúde ou à integridade física conforme as normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.*

*III - A alteração retroage em prejuízo do empregado.*

*IV - As conseqüências pecuniárias são devidas a partir da inclusão da atividade nos quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho, respeitado o prazo prescricional.*

*V - A alteração prejudicial ao empregado, que diminui os seus salários, não se aplica aos contratos em curso.*

Responda:

- A) - Os itens I e IV estão corretos;
- B) - Os itens III e V estão corretos;
- C) - Os itens I e III estão corretos;
- D) - Os itens II e IV estão corretos;
- E) - Os itens I, III e V estão corretos.

36) Contratos adventícios são:

- A) Contratos celebrados com entidades religiosas;
- B) Contratos por temporada;
- C) Contratos celebrados em razão de extrema urgência de serviços;
- D) Contratos de experiência;
- E) Nenhuma alínea anterior está correta.

37) Considerando as assertivas abaixo, à luz da jurisprudência dominante:

*I - As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.*

*II - O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas e meia.*

*III - A validade do acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre não prescinde da inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho;*

Responda:

- A) Apenas a assertiva II está correta;
- B) Apenas a assertiva III está correta;
- C) As assertivas I e II estão corretas;
- D) As assertivas II e III estão corretas;
- E) Apenas a assertiva I está correta.

38) Qual título legal o empregado rural não manteve com o advento da atual Constituição Federal?

- A) Aviso prévio;
- B) Gratificação natalina;
- C) Adicional de horas extras;
- D) Férias integrais;
- E) Salário-família.

39) Empregado em licença para o exercício de mandato sindical, sem qualquer acerto específico de como se daria, ajuíza reclamatória postulando o recebimento, durante o período da referida licença, do importe equivalente ao que receberia de gorjetas se estivesse trabalhando. Referida pretensão:

- A) Comporta acolhimento, pois a Constituição Federal garante a irredutibilidade do salário;
- B) Comporta acolhimento, pois a Constituição Federal garante a irredutibilidade do salário, sendo que o exercício da atividade de dirigente sindical não pode resultar em prejuízo salarial àquele que a desempenha;
- C) Não comporta acolhimento, à míngua de amparo legal, eis que, além do fato de a licença não ser legalmente prevista para a hipótese enfocada, a irredutibilidade salarial não alcança as gorjetas, mas apenas o valor pago diretamente pelo empregador como contraprestação do trabalho;
- D) Comporta acolhimento, pois o empregado recebia gorjetas, e quando da licença nada foi estipulado quanto ao seu não-recebimento, não havendo dispositivo legal que ampare a conduta patronal.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

40) Professor que recebe por hora-aula, embora sem alteração no seu valor, de um ano letivo para outro sofreu redução em seus salários, o que jamais havia ocorrido nos dois lustros trabalhados. Tal decréscimo salarial decorreu da redução do número de turmas da instituição de ensino empregadora, em razão da diminuição do número de matrículas. Quanto a tal redução salarial, é correto afirmar:

- A) Como o risco do empreendimento é do empregador, que aliás se beneficiaria com eventual aumento do número de alunos, é ilegal a redução salarial;
- B) Embora, em princípio, possível a redução salarial, na espécie não é viável, em se tratando de professor com mais de dez anos de trabalho para a instituição de ensino;
- C) É possível a redução salarial na espécie, conforme posição majoritária do TST, inclusive porque na hipótese o salário era pago considerando a hora-aula, que não foi reduzida;
- D) Trata-se de redução salarial ilegal, considerando que o risco do empreendimento é do

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

empregador e os anos trabalhados pelo professor, abrindo caminho inclusive para a rescisão indireta do contrato de trabalho;

E) Conquanto se trate na espécie de redução salarial ilegal, não rende ensejo à pronta rescisão indireta do contrato de trabalho, dadas as peculiaridades do vínculo que une um professor à instituição de ensino que o contrata, ante os interesses dos alunos prejudicados com a saída e/ou mudança de professor após iniciadas as aulas.

**41)** No que tange ao estágio de estudantes, não é correto afirmar:

A) Pode ser estagiário o aluno regularmente matriculado e que esteja freqüentando cursos de nível superior, profissionalizante de segundo grau e supletivo;

B) O estagiário não é empregado, ao contrário do aprendiz;

C) Podem aceitar estagiários as pessoas jurídicas de direito privado, os órgãos da Administração Pública e as instituições de ensino;

D) O estagiário poderá receber uma bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, o que implica que não haverá, necessariamente, o pagamento de algum valor em dinheiro;

E) É obrigatória a interveniência da instituição de ensino no termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente.

**42)** Tendo em vista o condomínio de apartamentos como empregador, é incorreto afirmar:

A) Seus empregados estão ao abrigo da CLT, desde que a serviço da administração do edifício;

B) Nos termos da legislação e da jurisprudência trabalhistas, o condomínio poderá ser representado em audiência pelo síndico, por um dos condôminos ou pelo contador autônomo;

C) Se a serviço do condômino em particular, os empregados que estiverem nessa situação serão considerados domésticos;

D) Não há previsão legal quanto ao pagamento de adicional por acúmulo de função;

E) Os condôminos respondem pelas obrigações previstas nas leis trabalhistas, mas de modo proporcional.

**43)** No processo do trabalho, conta-se o prazo de dois anos para o ajuizamento de ação rescisória de sentença:

A) Da extinção do contrato de trabalho;

B) Do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa;

C) Da publicação da sentença;

D) Da interposição do recurso ordinário;

E) Da publicação do acórdão.

**44)** O empregado urbano "A" foi admitido em 01.02.86 e despedido em 03.12.94. Em 01.11.96 ajuizou reclamação trabalhista contra o seu empregador pedindo o pagamento de férias de todo o período contratual, porque não gozadas. Com a concordância da reclamada o reclamante desistiu da ação, que foi extinta sem julgamento do mérito, com sentença transitada em julgado em 03.02.97. Em 01.02.99 o empregado "A" ajuizou nova reclamação contra seu empregador, com o mesmo objeto da primeira. Argüida a prescrição, é correto afirmar que:

A) Encontra-se prescrito o direito de ação relativamente às férias anteriores ao período aquisitivo 89/90;

B) Encontra-se prescrito o direito de ação relativamente às férias anteriores ao período aquisitivo 90/91;

C) Encontra-se prescrito o direito de ação relativamente às férias anteriores ao período aquisitivo 91/92;

D) Encontra-se prescrito o direito de ação relativamente às férias anteriores ao período aquisitivo 92/93;

E) O direito de ação de todos os créditos postulados encontra-se prescrito.

**45)** Considerando as afirmações abaixo:

*I – A confissão real é expressa e pode ser feita por procurador nomeado com os poderes da cláusula ad judicium.*

*II – A ficta confessio decorre da falta de comparecimento para depor ou de sua recusa e pode ser elidida por outras provas em sentido contrário.*

*III – A prova documental somente pode ser produzida com a petição inicial e com a defesa.*

*IV – No processo do trabalho, o juiz poderá inquirir no máximo seis testemunhas, sendo três de cada parte, salvo no caso de inquérito judicial, quando esse número pode ser elevado para doze, sendo seis de cada parte.*

Responda:

A) As assertivas I e III estão corretas;

B) As assertivas I, II e IV estão corretas;

C) Todas as assertivas estão corretas;

D) As assertivas I, III e IV estão incorretas;

E) Todas as assertivas estão incorretas.

**46)** Considerando as assertivas abaixo:

*I – A prescrição é a extinção de um direito material pela falta do exercício da ação que o assegura.*

*II – A decadência aplica-se, em regra, aos direitos potestativos.*

*III – A preclusão é a perda da faculdade da parte de praticar um ato processual e se classifica em temporal, lógica e consumativa.*

*IV – Ao contrário da prescrição relativa a direitos patrimoniais, a preempção pode ser co-*

**XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

conhecida de ofício.

Responda:

- A) As assertivas I e III estão corretas;
- B) As assertivas II e III estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) As assertivas II e IV estão incorretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

**47)** Considerando as assertivas abaixo:

*I – As sentenças normativas admitem execução provisória.*

*II – Por força do reexame necessário, a execução contra a Fazenda Pública é sempre provisória, não podendo ir além da penhora antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.*

*III – No processo do trabalho, a adjudicação deve ser feita pelo valor do maior lance, se houver, ou pelo valor da avaliação.*

*IV – A remição da execução pode ser feita a qualquer tempo, inclusive após a arrematação ou adjudicação, com o depósito do valor da avaliação.*

Responda:

- A) As assertivas I, III e IV estão corretas;
- B) As assertivas II e IV estão corretas;
- C) Todas as assertivas estão corretas;
- D) As assertivas I, II e IV estão incorretas;
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

**48)** Apresentados embargos à execução em ação trabalhista, foram acolhidos, determinando-se a correção dos cálculos anteriormente homologados. Após refeitos, o executado oferece novos embargos à execução, postura essa que:

- A) Não pode ser admitida, eis que o direito já foi exercido, não podendo ser tolerado o oferecimento de embargos à execução após apreciação daqueles anteriormente apresentados;
- B) Plenamente possível, pois, refeitos os cálculos, ficou novamente aberta ao executado a via dos embargos à execução para discussão de quaisquer matérias atinentes àqueles, seja quanto ao disposto na sentença proferida nos primeiros embargos à execução, seja quanto aos aspectos dos cálculos originários anteriormente não atacados;
- C) Possível apenas se a matéria alegada referir-se ao integral e fiel cumprimento da sentença proferida nos embargos à execução antes oferecidos e sua respectiva atualização. Assim, não cabe agitar matérias que poderiam ser discutidas quando do oferecimento dos primeiros embargos à execução, em relação às quais ocorreu preclusão;
- D) Possível, porquanto cabível a discussão de quaisquer matérias nos novos embargos à execução, ante o acolhimento dos anteriormente ofertados, o que afasta a preclusão;
- E) Não é possível, pois, uma vez apresenta-

dos e julgados os embargos à execução, outros não podem ser ofertados, havendo o executado de, se assim desejar, interpor Agravo de Petição para a instância superior agitando todas as matérias que pretende ver reapreciadas.

**49)** Empresa condenada a pagar férias, acrescidas de um terço, referentes ao período aquisitivo 1998/1999, por decisão transitada em julgado. Quando da liquidação de sentença, apresenta o recibo de pagamento correspondente, postulando a compensação do valor ali consignado, sob o argumento de que só o juntava naquele ensejo porque não o havia encontrado antes. A pretensão formulada:

- A) Comporta acolhimento, para obstar o enriquecimento sem causa, que sempre deve ser evitado;
- B) Não há óbice legal para o seu acolhimento, ante as razões apresentadas para justificá-la;
- C) Não pode ser acolhida, pois a compensação, no processo trabalhista, só pode ser argüida como matéria de defesa;
- D) Comporta acolhimento, pois a compensação a ser argüida como matéria de defesa só se refere aos recibos juntados com a contestação;
- E) Comporta acolhimento, pois foi postulada no momento mais apropriado para tanto, ou seja, quando da liquidação da sentença.

**50)** No processo trabalhista, conforme entendimento já sumulado pelo TST, a prescrição:

- A) Para ser conhecida, tem que ser argüida na instância ordinária, ainda que quando da interposição de recurso ordinário;
- B) Para ser conhecida, tem que ser argüida apenas na contestação;
- C) Para ser conhecida, em sede de recurso de revista, é necessário que tenha sido argüida tanto em 1ª instância, quando do oferecimento da contestação, como em 2ª instância, ao ser interposto recurso ordinário;
- D) Considerando as hipóteses de cabimento do recurso de revista, pode ser argüida quando da interposição deste recurso, ainda quando não o tenha sido anteriormente;
- E) Pode ser argüida diretamente no Tribunal, em sustentação oral.



## COMUNICADO

A BANCA EXAMINADORA DA P<sup>ROVA</sup> DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO DO XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO decidiu, após a análise minuciosa de todas as impugnações deduzidas, ANULAR as questões n.ºs 3, 19 e 25 e ALTERAR o gabarito relativamente à questão n.º 65, considerando como correta a alternativa "c".

### 1ª ETAPA

01 - B	11 - A	21 - E	31 - D	41 - A
02 - E	12 - B	22 - B	32 - C	42 - B
<b>03 - ANULADA</b>	13 - E	23 - D	33 - B	43 - B
04 - A	14 - B	24 - D	34 - C	44 - B
05 - A	15 - D	<b>25 - ANULADA</b>	35 - D	45 - D
06 - D	16 - A	26 - D	36 - B	46 - B
07 - D	17 - B	27 - B	37 - A	47 - D
08 - A	18 - C	28 - B	38 - E	48 - C
09 - E	<b>19 - ANULADA</b>	29 - D	39 - C	49 - C
10 - D	20 - A	30 - E	40 - C	50 - A

### 2ª ETAPA

51 - C	61 - D	71 - C	81 - D	91 - E
52 - B	62 - C	72 - E	82 - D	92 - B
53 - E	63 - C	73 - E	83 - E	93 - B
54 - B	64 - A	74 - C	84 - A	94 - E
55 - A	<b>65 - C</b>	75 - D	85 - E	95 - A
56 - B	66 - C	76 - C	86 - D	96 - E
57 - E	67 - D	77 - E	87 - C	97 - D
58 - E	68 - C	78 - B	88 - B	98 - C
59 - D	69 - A	79 - D	89 - D	99 - E
60 - D	70 - E	80 - D	90 - B	100 - B

Campinas, 31 de outubro de 2002.  
(a) Juiz Fernando da Silva Borges  
Presidente da Banca Examinadora



XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO - CAMPINAS (SP)

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (2ª PROVA)  
PONTO 4

COMISSÃO:

JUIZA VERA TERESA MARTINS CRESPO (PRESIDENTA)  
JUIZ PAULO DE TARSO SALOMÃO  
ADVOGADO JOÃO ANTONIO FACCIOLI

INSTRUÇÕES:

- DISSERTAÇÃO: MÁXIMO 60 LINHAS - 4 PONTOS
- PERGUNTAS: MÁXIMO 20 LINHAS - 1,5 PONTO
- AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS.

DISSERTAÇÃO:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. NATUREZA JURÍDICA. CONHECIMENTO. PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS E OBJETIVOS. CARÁTER INFRINGENTE. POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO CONCOMITANTE COM OUTRO RECURSO. IMPOSIÇÃO DE MULTA E INDENIZAÇÃO.

PERGUNTAS:

1. A conciliação pode ser ajustada sem reconhecimento de vínculo empregatício ou sem correspondência com os títulos e valores pleiteados no exórdio? Poderá ela ser efetivada antes ou depois do trânsito em julgado da sentença? Homologada, quais os efeitos que produz em relação ao INSS? O magistrado deve submetê-la à superior instância?
2. Qual o fundamento que ancora a indenização por dano moral? O pedido pode ser ilíquido? Quais critérios devem nortear o juiz para fixar a referida indenização?
3. É lícito ao ente público celebrar acordo coletivo, que contenha cláusulas sociais e econômicas, para ser aplicado a servidores públicos regularmente contratados?
4. A empregadora, ao dispensar, tinha ciência do estado gravídico da reclamante. Esta última ajuizou a demanda após o final da estabilidade, requerendo apenas a indenização do período estabilitário. Qual a solução mais adequada para a presente lide?



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
15ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE  
RIO NOVO

VARA DO TRABALHO

PROCESSO Nº

Processo nº  
1234/2000-9

TRAMITAÇÃO

RECTES: CRISTOVÃO COLOMBO E OUTRA  
Rua Cachoeira, 435, Rio Novo SP CEP 18704 000

Adv: JOSÉ CHIOVENDA  
Rua das Flores, 999, Rio Novo-SP CEP 18700-325  
O.A.B.: SP 194.150

RECDAS: MERCEDES CERVANTES E OUTROS 2  
Rua Rio Grande do Sul, 1.456, Rio Novo-SP CEP 18700-456

Adv: ANTONIO CALAMANDREI  
Rua Campos Sales, 285, Rio Novo-SP CEP18700-130  
O.A.B. SP 250.000

Processo 1234/2000-9

Nº Distr:

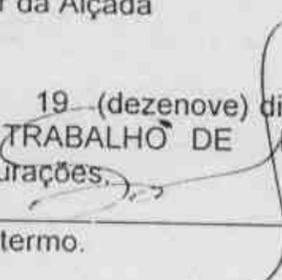
Natureza RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Valor da Causa R\$ 300.000,00

Valor da Alçada R\$ 302,00

AUTUAÇÃO

Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio do ano de dois mil na Secretaria da  
DO TRABALHO DE RIO NOVO, autuo a reclamação que segue com  
procurações.

Eu  Sonia Maria da Silva, Diretora de Secretaria,  
este termo.

USO EXCLUSIVO PARA ELABORAÇÃO  
DA PRIMEIRA CÔPIA (SENTENÇA) DO  
XVII CONSELHO ESPECIAL DE RECURSOS NA  
MATERIA DE JUSTIÇA DO TRABALHO DA 15ª  
DA 15ª REGIÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO  
XVII CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA  
PROVA PRÁTICA - ELABORAÇÃO DE SENTENÇA

**INSTRUÇÕES E OBSERVAÇÕES GERAIS**

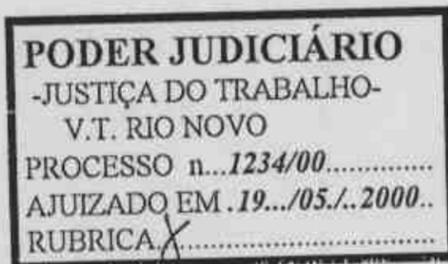
1. Não abra o caderno de prova antes de receber autorização para fazê-lo.
2. Aberto o caderno de provas, atente o candidato para a conferência das folhas, que estão devidamente numeradas até 28. Em caso de falta de qualquer folha, incontinenti deverá o candidato comunicar ao Juiz responsável pela sala.
3. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje se valer de rascunho, este poderá ser lançado no caderno de respostas nas últimas folhas.
4. É vedada a utilização de legislação comentada ou anotada, facultando-se a consulta a súmulas, enunciados e orientações jurisprudenciais da SDI I e II, precedentes normativos da SDC e legislação com notas remissivas. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
5. A prova consiste numa proposição decorrente de um hipotético processo, dele constando todos os elementos necessários a sua resolução e suficientes para a solução pretendida pela Banca Examinadora.
6. É dispensado o cabeçalho da ata de audiência de publicação da sentença.
7. A sentença a ser elaborada deverá conter todos os requisitos legais, podendo o relatório ser sucinto.
8. Não é permitida a utilização de corretivos líquidos e, na hipótese de erro, o candidato poderá valer-se da palavra "digo", não devendo em nenhuma circunstância riscar o texto errado.
9. O prazo de quatro horas para elaboração da prova em hipótese alguma será prorrogado, sendo que o candidato somente poderá retirar-se da sala após a segunda hora do início da prova, circunstância na qual poderá levar o seu caderno de questões.
10. Nenhum esclarecimento será prestado pela Banca Examinadora, antes, durante ou após a prova.

**Instruções específicas**

1. Considere juntadas as procurações outorgadas aos advogados das partes, com poderes da cláusula "ad judicia".
2. Considere efetuado o depósito do instrumento coletivo na forma legal.

**BOA SORTE !**

Exmo. Sr. Dr. Juiz da Vara do Trabalho de Rio Novo-SP.



**CRISTOVÃO COLOMBO**, brasileiro, casado, lavrador, portador da CTPS n 5623, série 341, e **APARECIDA DE SOUZA COLOMBO**, brasileira, casada, lavradora, portadora da CTPS n. 2346, série 132, ambos residentes e domiciliados à Rua Cachoeira, n. 435, nesta cidade de Rio Novo-SP, CEP 18704-000, através de seu advogado e procurador que esta subscreve, com endereço à Rua das Flores, n. 999, nesta cidade de Rio Novo, CEP 18700-325, onde receberá as notificações, nos termos dos mandatos inclusos, vêm, mui respeitosamente, à presença de V. Exa. propor reclamação trabalhista em face de **MERCEDES CERVANTES**, brasileira, solteira, economista, residente à Rua Rio Grande do Sul, 1.456, nesta cidade de Rio Novo-SP, CEP 18700-456, **MARIA DOLORES CERVANTES**, brasileira, viúva, do lar, residente à Rua Dom José, 467, nesta cidade de Rio Novo-SP, CEP 18700-970, e **PABLO CERVANTES FILHO**, brasileiro, solteiro, estudante, menor impúbere, aqui por sua genitora e também reclamada Maria Dolores Cervantes, residente à Rua Dom José, 467, nesta cidade de Rio Novo-SP, CEP 18700-970, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir deduzidos:

1. Os reclamantes esclarecem inicialmente que deixam de observar o disposto na Lei 9.958/2000, uma vez que até a presente data não foi instituída a comissão nela prevista.

2. Os reclamantes iniciaram a prestação de serviços na Fazenda Monjolinho, do então proprietário Miguel Cervantes, em 29/06/1973 e lá permaneceram até 20/04/2000.

3. Em 01/12/1985, Miguel Cervantes iniciou a construção do que pretendia ser a casa sede da fazenda, com aproximadamente 2.500 metros quadrados de área. Todavia, quando da conclusão da obra, em meados de 1998, decidiu transformar o prédio em um hotel fazenda, face o potencial turístico da região, inaugurando-o no final daquele ano.

4. Em 20/01/1998, Miguel Cervantes e sua mulher Marília Cervantes doaram o imóvel Fazenda Monjolinho aos dois únicos filhos Pablo Cervantes e Mercedes Cervantes, com reserva de usufruto.

5. Em 16/02/1999, faleceu Pablo Cervantes, que era casado pelo regime de comunhão universal de bens com a reclamada Maria Dolores Cervantes. Esclarecem os reclamantes que o inventário foi concluído, cabendo 50% dos bens do casal à viúva meeira e 50% ao único herdeiro e reclamado Pablo Cervantes Filho.

6. Em 14/10/1999 Miguel Cervantes e sua esposa vieram a falecer num acidente aéreo.

7. O reclamante **CRISTOVÃO COLOMBO** prestou serviços gerais de lavoura no período de 29/06/1973 a 15/07/1978, cumprindo jornada de trabalho das 4 às 17 horas, com 30 minutos de intervalo para refeição e descanso, de segunda-feira a sábado, percebendo um salário mínimo legal.

Em 16/07/1978 passou a laborar como retireiro, observando jornada de trabalho das 4 às 18 horas, com intervalo de 30 minutos para o almoço e 15 minutos para o café, de segunda-feira a sábado, percebendo o mesmo salário. Sua CTPS somente foi anotada nessa data.

Em 01/12/1985 deixou de exercer a função anterior e foi destacado para fazer o transporte dos pedreiros e serventes que trabalharam na construção da casa sede da fazenda, valendo-se para tanto de uma perua kombi de sua propriedade, sendo certo que também ficou sob sua responsabilidade a compra de material para a obra. A partir de então passou a perceber três salários mínimos legais, com jornada de trabalho das 4 às 19 horas, de segunda-feira a sábado, dispondo de 45 minutos de intervalo para refeição e descanso. Não obstante as alterações havidas no contrato de trabalho, o empregador manteve anotados na CTPS o salário equivalente a um mínimo legal e a função de retireiro.

Em 01/12/1998, com a inauguração do hotel, passou a desempenhar a função de motorista, no transporte de hóspedes da cidade de Rio Novo até a fazenda e vice-versa, com veículo do reclamado, laborando das 7 às 23 horas, com 30 minutos de intervalo, de segunda-feira a domingo, com uma folga semanal, sendo certo que a partir dessa data teve seu salário reduzido para um mínimo legal.

Em 20/04/2000 foi sumária e injustamente despedido, recebendo apenas o saldo de salários.

8. A reclamante **APARECIDA DE SOUZA COLOMBO** iniciou a prestação de serviços em 29/06/1973, cuidando da casa sede da fazenda, com jornada das 7 às 17 horas, de segunda a quinta-feira, com duas horas de intervalo para refeição e descanso. Nas sextas-feiras e sábados também cozinhava para familiares e convidados do empregador, laborando das 7 às 24 horas, sem intervalos regulares para refeição e descanso. Percebia um salário mínimo legal.

Em 01/12/1998 passou a trabalhar como camareira do hotel, no horário das 7 às 23 horas, com 30 minutos de intervalo para refeição, de terça-feira a domingo, com o mesmo salário, ocasião em que o Sr. Miguel Cervantes anotou o contrato de trabalho em sua CTPS, mesmo assim na condição de empregada doméstica. Permanecia à disposição do empregador 24 horas por dia, pois era a única camareira do hotel e residia nas proximidades, podendo ser convocada fora do seu horário de trabalho, o que efetivamente ocorria com freqüência.

Costumeiramente era submetida a revistas íntimas, sob a alegação de que tinha livre acesso aos aposentos e pertences dos hóspedes. Violada em sua intimidade e em sua honra, pretende a reparação do dano moral sofrido, nos termos do artigo 5º., X, da Constituição da República.

Em 20/04/2000 foi sumária e injustamente despedida, muito embora se encontrasse grávida de dois meses, sendo, portanto, portadora da estabilidade prevista no artigo 10, II, "b", do ADCT. Na oportunidade o empregador pagou-lhe tão somente o saldo salarial.

9. Os reclamantes são membros de uma mesma família (marido e mulher) e residiam em um imóvel fornecido gratuitamente pelo empregador, sendo nítida a natureza salarial do benefício, o qual deverá repercutir em todas as verbas trabalhistas. Para esse efeito deverá ser observado que o aluguel de mercado do imóvel que ocupavam corresponde a R\$300,00 mensais, além de R\$20,00 de energia elétrica.

Para efeito de integração, os valores do salário "in natura" acima informados deverão ser rateados entre os reclamantes.

10. Os reclamantes nunca receberam as horas extras prestadas, o adicional noturno e a remuneração dos intervalos para descanso e refeição suprimidos.

No cálculo das horas extras deverá ser observada a redução da hora noturna prevista no parágrafo 1º. do artigo 73 da CLT. Em relação à reclamante Aparecida, deverá ser considerado como jornada efetiva todo o tempo em que permanecia à disposição do empregador.

Os reclamantes também não receberam as férias com 1/3 e as gratificações natalinas do período anterior ao anotado em CTPS.

11. Em 01/12/1998, ao arrepio da legislação vigente, o Sr. Miguel Cervantes deu baixa na CTPS do reclamante Cristovão, procedendo à anotação de um novo contrato de trabalho, desta feita como trabalhador urbano, sendo certo que na ocasião o obreiro nada recebeu a título de verbas rescisórias.

Em face de sua condição de rurícola, os reclamantes pretendem a devolução dos valores indevidamente descontados a título de INSS a partir de 01/12/1998.

Pretendem, outrossim, a devolução dos descontos a título de contribuição confederativa, uma vez que não autorizaram tal procedimento. Esclarecem, para o efeito, que Cristovão sofreu tais descontos a partir do mês de janeiro de 1992 e, Aparecida, a partir de dezembro de 1998.

12. O reclamante Cristóvão, por contar com mais de dez anos de serviço ao mesmo empregador adquiriu estabilidade, nos termos do artigo 492 da CLT, de forma que deve ser reintegrado no emprego.

Ante o exposto, pleiteiam:

#### **A) RECLAMANTE CRISTOVÃO COLOMBO**

- a) reconhecimento do vínculo de emprego no período anterior a 16/07/78 e a retificação da data de admissão anotada na CTPS.
- b) horas extras com adicional normativo de 100%
- c) uma hora extra por dia com o adicional de 50% pelo descumprimento do disposto no parágrafo 4º do artigo 71 da CLT
- d) adicional noturno
- e) diferenças salariais do período de 01/12/98 a 20/04/2000
- f) reflexos das horas extras, adicional noturno e diferenças salariais em férias com 1/3, 13º. salários e DSR.
- g) 13º. salário de 1973 (6/12)
- h) 13º. salários de 1974 a 1977 (integrais) -
- i) 13º. salário de 1978 (7/12)
- j) férias em dobro(6/73 a 7/78) com 1/3
- l) reflexos do salário "in natura" em férias com 1/3, 13º. salários e DSR
- m) reembolso das contribuições previdenciárias
- n) reintegração no emprego, com pagamento de salários, férias com 1/3, 13º. salários e demais vantagens de sua categoria profissional, em parcelas vencidas e vincendas
- o) reembolso de contribuição confederativa

## B) RECLAMANTE APARECIDA DE SOUZA COLOMBO

- a) reconhecimento do vínculo de emprego no período anterior a 01/12/98 e a retificação das anotações na CTPS.
- b) horas extras com adicional normativo de 100%
- c) uma hora extra por dia com o adicional de 50% pelo descumprimento do disposto no parágrafo 4º. do artigo 71 da CLT
- d) adicional noturno
- e) reflexos das horas extras e adicional noturno em férias com 1/3, 13º. salários e DSR.
- f) 13º. salário de 1973 (6/12)
- g) 13º. salários de 1973 a 1997 (integrais)
- h) 13º. salário de 1998 (11/12)
- i) férias em dobro (6/73 a 11/98) com 1/3
- j) reflexos do salário "in natura" em férias com 1/3, 13º. salários e DSR
- l) reembolso das contribuições previdenciárias
- m) reembolso de contribuição confederativa
- n) aviso prévio
- o) 13º. salário proporcional (5/12)
- p) férias proporcionais (6/12)
- q) FGTS com multa de 40% de todo o período laborado
- r) indenização por dano moral.....R\$200.000,00
- s) salários, férias com 1/3, 13º. salário e FGTS com multa de 40% do período de estabilidade gestante

Os valores serão apurados em regular liquidação de sentença.

Requerem o pagamento das verbas incontroversas em primeira audiência, sob pena de os reclamados serem condenados a pagá-las em dobro, nos termos do artigo 467 da CLT.

Requerem, outrossim, a notificação dos reclamados para contestarem a presente reclamação, se o desejarem, sob pena de serem declarados revéis e confessos quanto à matéria de fato, que a final deverá ser julgada procedente, condenando-se os reclamados solidariamente na forma do pedido, acrescido de juros de mora, correção monetária a partir do mês da prestação dos serviços e honorários advocatícios, estes com amparo no artigo 133 da Constituição Federal.

Protestam provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exclusão de nenhum, especialmente pelo depoimento pessoal dos reclamados, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas, perícias, juntada de documentos e demais provas que se fizerem necessárias.

Requerem, finalmente, os benefícios da Justiça Gratuita, na forma da lei.

Dão à causa o valor de R\$300.000,00.

P. deferimento.

Rio Novo, 05 de maio de 2000.

  
José Chiovenda  
OAB 194.150-SP



## VARA DO TRABALHO DE RIO NOVO

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo n. 1234/00

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e um, às 13h00, na sala de audiências da Vara do Trabalho de Rio Novo, presente o MM. Juiz do Trabalho, DR. PLATÃO DO BRASIL, por ordem de quem foram apregoados os litigantes: CRISTOVÃO COLOMBO E OUTRA, reclamantes, MERCEDES CERVANTES E OUTROS, reclamados.

Presentes os reclamantes, acompanhados do Dr. José Chiovenda, OAB n. 194.150-SP.

Presentes os reclamados, acompanhados do Dr. Antonio Calamandrei, OAB n. 250.000-SP.

Conciliação rejeitada.

Os reclamados apresentam contestação, com preliminares, arguição de incompetência absoluta e denunciação da lide, acompanhada de procuração e documentos.

Dada a palavra ao douto patrono dos reclamantes para manifestação sobre a defesa e documentos, pelo mesmo foi dito que: "MM. Juiz: as preliminares argüidas, inclusive a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho, devem ser rejeitadas, pois carecem de amparo fático e jurídico. Provarão os reclamantes o quanto foi alegado na petição inicial, sendo totalmente incabível a denunciação da lide. No tocante à litispendência, as ações não são idênticas, sendo certo que a ação civil pública ainda não foi julgada. Aguardam a procedência da reclamação"

Pelo MM. Juiz foi dito que a matéria veiculada em sede de preliminar e os demais requerimentos formulados na defesa serão apreciados por ocasião da sentença.

**DEPOIMENTO PESSOAL DO RECLAMANTE CRISTOVÃO COLOMBO.** Inquirido respondeu que: mudou-se para a Fazenda Monjolinho em junho de 1973, tendo iniciado a prestação de serviços no dia 29 daquele mês; combinou com o Sr. Miguel Cervantes que receberia um salário mínimo legal para trabalhar na lavoura; nada lhe foi dito a respeito de parceria; assinou os contratos de parceria juntados com a defesa; na ocasião não leu o teor dos mesmos, pois cursou até o segundo ano primário e "tem pouca leitura"; as ordens de serviço eram dadas diretamente por Miguel; em meados de 1975 parte da propriedade foi arrendada para Bartolomeu; as condições de trabalho permaneceram as mesmas de 1973 até julho de 1978, sendo certo que durante todo esse período laborou exclusivamente para Miguel, não se ativando na área arrendada por Bartolomeu; de junho de 1973 a julho de 1978 o depoente observava jornada de trabalho das 5h00 às 17h00, com 45 minutos de intervalo para refeições, de segunda-feira a sábado; em julho de 1978 o depoente passou a trabalhar como retireiro, iniciando os serviços às 4h00 e encerrando-os às 18h00min, de segunda-feira a sábado, com 1h20min de intervalo para refeição; em dezembro de 1985 o Sr. Miguel iniciou a construção da nova casa sede da fazenda, a qual acabou sendo destinada ao hotel; a partir daí o depoente passou a fazer o transporte dos trabalhadores da obra, em veículo próprio, além de auxiliar os



pedreiros durante o dia; saía da fazenda com destino à cidade de Rio Novo às 6h00 e retornava com os obreiros às 7h00; depois trabalhava na obra até às 18h00, com 45 minutos de intervalo para refeição e descanso; encerrada a jornada na obra, fazia o transporte dos trabalhadores até a cidade, chegando de volta à fazenda às 19h00, sendo que aos sábados tal se dava às 12h00, pois o trabalhadores paravam mais cedo; as despesas de combustível e manutenção do veículo corriam por conta do depoente e correspondiam a cerca 2/3 de seu salário; em dezembro de 1998, com a inauguração do hotel, o depoente passou a laborar como motorista, no transporte dos hóspedes, das 7 às 23 horas, com intervalo de 30 minutos para refeição, de segunda-feira a domingo, com uma folga na semana; quando não estava transportando hóspede o depoente tinha que permanecer de prontidão no hotel; nessa última função ganhava um salário mínimo por mês. Nada mais. Cristovão Colombo

DEPOIMENTO PESSOAL DA RECLAMANTE APARECIDA DE SOUZA COLOMBO. Inquirida respondeu: em 1973, quando se mudou para propriedade com seu marido, foi contratada por Miguel e sua esposa para trabalhar na casa sede, executando serviços de arrumação e limpeza; em 1998 foi trabalhar no hotel, como camareira, observando jornada de trabalho das 7h00 às 23h00, com intervalo de uma hora, de terça-feira a domingo; como residia nas proximidades do hotel, poderia ser convocada durante a noite, após às 23h00; isso ocorreu umas cinco vezes, na época de alta temporada; nessas ocasiões o trabalho da depoente resumiu-se a uma rápida arrumação do apartamento, despendendo cerca de 20 minutos em cada vez; em suas folgas era substituída por Sonia, que trabalhava na lavanderia; costumeiramente era submetida a revistas pela filha do Sr. Miguel, reclamada Mercedes; nessas ocasiões era levada a um cômodo, ao lado da lavanderia, e obrigada a se despir na frente de Mercedes e da colega Sonia; suas vestes e sua bolsa eram então examinadas por Mercedes; tinha livre acesso aos apartamentos, ficando em poder das chaves reservas; trabalhava uniformizada e a troca do uniforme se dava no cômodo antes referido. Nada mais. Aparecida Souza Colombo

DEPOIMENTO PESSOAL DA RECLAMADA MERCEDES CERVANTES. Inquirida respondeu: com o falecimento de seus pais em outubro de 1999, assumiu juntamente com os demais reclamados o empreendimento Hotel Fazenda Monjolinho; em abril de 2000 os reclamados resolveram encerrar as atividades do hotel e dispensar os reclamantes; isso se deu em virtude do Prefeito de Rio Novo ter desapropriado o hotel para nele instalar uma clínica para tratamento de dependentes químicos; a clínica ainda não foi instalada; o reclamante Cristovão atuou como parceiro na propriedade agrícola até 1975; nessa ocasião Cristovão recebia de Miguel um adiantamento mensal, equivalente a um salário mínimo, que era deduzido no final, quando da venda da produção; que em meados de 1975 parte da propriedade foi arrendada para Bartolomeu, sendo certo que o reclamante às vezes o ajudava na lavoura, mas na maior parte do tempo atuava nas terras não arrendadas, em benefício de Miguel; somente em julho de 1978 é que passou a ativar-se como empregado da fazenda, trabalhando inicialmente no retiro, no horário das 4h30min às 8h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira a sábado; em 1985 Cristovão passou a fazer o transporte dos pedreiros da obra e auxiliá-los durante o expediente; pela utilização de seu veículo e para fazer frente às despesas de combustível, o



reclamante recebia o valor equivalente a dois salários mínimos; iniciava a jornada às 6h40min e a encerrava às 17h00, de segunda a sexta-feira, com duas horas de intervalo, e das 6h40 às 11h aos sábados, já computado o tempo de transporte dos obreiros; a viagem entre a fazenda e a cidade de Rio Novo durava cerca de dez minutos; a partir de dezembro de 1998 Cristovão passou a fazer o transporte de hóspedes da cidade de Rio Novo até o hotel e vice-versa, sem controle de sua jornada de trabalho; não havia um horário certo para o trabalho; geralmente o reclamante realizava uma viagem no período da manhã e outra no período da tarde, num total de duas horas por dia, havendo dias em que não empreendia viagem alguma por ausência de hóspede a ser transportado; até dezembro de 1998 a reclamante Aparecida laborava na casa sede, como doméstica, para a família de Miguel Cervantes; a partir de então passou a ativar-se como camareira do hotel, observando jornada das 8h00 às 18h00, de terça-feira a domingo, dispondo de duas horas de intervalo para refeição e descanso; jamais permaneceu à disposição do empregador fora de sua jornada de trabalho; caso fossem necessários os serviços de camareira fora dos horários acima mencionados, o que era raro, a ausência da reclamante era suprida por uma das recepcionistas; nunca submeteu a reclamante a revistas íntimas; vez ou outra, sem qualquer imposição, a reclamante trocava de roupa na presença da depoente e de Sonia, quando coincidia de estarem conversando no local em que a reclamante tirava o uniforme; a depoente sequer tocava as roupas ou a bagagem da reclamante. Nada mais.

Menções Cervantes

Dispensados os depoimentos dos demais reclamados.

1ª. TESTEMUNHA DOS RECLAMANTES. Paulo José Pereira, brasileiro, casado, lavrador, residente à Rua Pernambuco, n. 21, em Rio Novo. Advertido e compromissado na forma da lei. Inquirido respondeu que: trabalhou na Fazenda Monjolinho, de 1973 a 1982, em serviços gerais; o reclamante Cristovão residia e trabalhava no local; nunca soube que o mesmo era parceiro do Sr. Miguel; o reclamante prestava serviços na lavoura, sob as ordens de Miguel; a produção era vendida por Miguel; Cristovão recebia um salário fixo; sabe disso porque chegou a ver o reclamante recebendo; os pagamentos eram efetuados por Miguel, na presença de todos os empregados; o reclamante não laborava na área de terra arrendada para Bartolomeu; na lavoura o depoente e o reclamante trabalhavam das 5h00 às 17h00, com 45 minutos de intervalo para refeição e descanso, de segunda-feira a sábado; em meados de 1978 Cristovão foi trabalhar no retiro, fazendo duas ordenhas diárias, com jornada das 4h00 às 9h00 e das 13h00 às 18h00; embora o depoente laborasse das 5h00 às 17h00, pode atestar a jornada de Cristovão porque em algumas oportunidades pernoitava na fazenda e quando acordava por volta de 4h00 o reclamante já estava no retiro; nessas ocasiões também presenciava labor do reclamante até às 18 horas; a distância entre o barracão aonde o depoente pernoitava e o retiro era de aproximadamente 50 metros; o depoente chegou ir até o retiro nesse horário para tomar leite; tendo em vista a qualidade do gado, que é leiteiro, é usual nesta região o retireiro fazer duas ordenhas por dia, uma de manhã e outra à tarde; a reclamante Aparecida cuidava da casa sede; depois de 1.982 o depoente não mais retornou à propriedade, encontrando-se com Cristovão na cidade, quando ele fazia o transporte dos pedreiros; a viagem da Fazenda Monjolinho até a



cidade de Rio Novo dura cerca de 20 minutos. Nada mais. Paulo José Verena

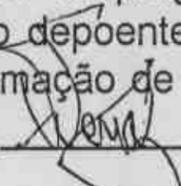
2ª. TESTEMUNHA DOS RECLAMANTES. José Francisco de Paula, brasileiro, casado, pedreiro, residente à Rua Campos Sales, n. 18, em Rio Novo. Advertido e compromissado na forma da lei. Inquirido respondeu que: depoente trabalhou na Fazenda Monjolinho, de maio de 1.989 a dezembro de 1.994, como pedreiro, na construção da nova casa sede, que depois acabou sendo destinada ao hotel; quem fazia o transporte dos operários da obra era o reclamante Cristovão; o depoente era apanhado na cidade de Rio Novo às 6h30min e chegava na fazenda às 6h50min; começava a trabalhar às 7h00, parava às 17h30min, saía da fazenda às 17h40min e era deixado na cidade às 18h00; aos sábados parava de trabalhar às 11h00 e chegava na cidade às 11h30; dispunha de 30 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos para o café; além de fazer o transporte, o reclamante Cristovão auxiliava os pedreiros, observando as mesmas jornadas do depoente; a reclamante Aparecida trabalhava na casa sede, não sabendo informar os horários por ela observados. Nada mais. [Assinatura]

3ª. TESTEMUNHA DOS RECLAMANTES. Maria Auxiliadora Mendes, brasileira, casada, balconista, residente à Rua São Paulo, n. 86, em Rio Novo. Advertida e compromissada na forma da lei. Inquirida respondeu que: trabalhou no hotel fazenda dos reclamados de 01/02/1999 a 31/3/2000, como recepcionista, em turnos variados, das 6h00 às 14h00, das 14h00 às 22h00 e das 22h00 às 6h00, em revezamentos mensais; o reclamante Cristovão fazia o transporte dos hóspedes da fazenda até a cidade e vice-versa, utilizando-se de veículo do hotel, no horário das 7h00 às 23h00; como Cristovão morava nas proximidades do hotel, ele permanecia em sua residência, sendo convocado quando havia hóspede a ser transportado; quanto à reclamante Aparecida, pode informar que a mesma era a única camareira do hotel, laborando das 7h00 às 23h00, com 1h30min de intervalo para refeições; se houvesse necessidade, a reclamante poderia ser convocada fora de seu horário; acredita que isso tenha ocorrido, não sabendo informar com que frequência; acha que as convocações poderiam ocorrer porque a reclamante residia nas proximidades do hotel; Aparecida se queixava à depoente a respeito de revistas feitas por Mercedes; nunca presenciou essas revistas. Nada mais. Maria Auxiliadora Mendes

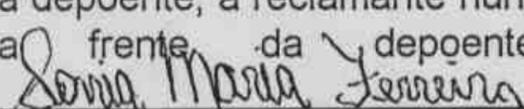
1ª. TESTEMUNHA DOS RECLAMADOS. Antonio Manoel Boaventura, brasileiro, casado, contador, residente à Rua Vitória, n. 65, em Rio Novo. Advertido e compromissado na forma da lei. Inquirido respondeu: o depoente é contador autônomo, com escritório em Rio Novo, e fazia a contabilidade do Sr. Miguel Cervantes; foi o depoente quem redigiu, na década de 70, os contratos de parceria juntados com a defesa, a pedido de Miguel; não presenciou a assinatura dos mesmos; na época Miguel lhe informou que o reclamante Cristovão iria trabalhar na Fazenda Monjolinho como parceiro agrícola, recebendo metade dos frutos colhidos; a venda da produção era efetuada por Miguel, mediante nota fiscal do produtor preenchida pelo depoente; ao que sabe, Miguel era quem determinava o tipo de planta a ser cultivada; não presenciou nenhum acerto de contas entre os parceiros. Nada mais. [Assinatura]



2ª. TESTEMUNHA DOS RECLAMADOS. Fabio Vinicius Ferraz, brasileiro, solteiro, maior, gerente, residente à Rua Espanha, n. 76, em Rio Novo. Advertido e compromissado na forma da lei. Inquirido respondeu que: o depoente trabalha como gerente do hotel desde dezembro de 1998, reside no próprio local; os reclamantes foram despedidos no mês de abril de 2000, em razão da desapropriação do hotel pela Prefeitura Municipal de Rio Novo; depois da desapropriação o hotel não está aceitando novos hóspedes; apenas vem cumprindo os compromissos anteriormente assumidos com agências de turismo que já haviam fechado pacotes de viagens; para honrar esses compromissos os reclamados mantiveram trabalhando apenas o pessoal da recepção e a empregada Sonia, que vem preparando as refeições e arrumando os apartamentos; o serviço de transporte de hóspedes está sendo feito pelo próprio depoente; os pacotes de viagens que estão sendo cumpridos correspondem a cerca de 30% do movimento que o hotel tinha antes da desapropriação; o reclamante Cristovão fazia o transporte dos hóspedes, não tendo sua jornada de trabalho controlada; não havia um horário certo para o transporte, mas geralmente o reclamante empreendia uma viagem de manhã e outra à tarde, despendendo, no máximo, uma hora em cada viagem; no restante do período permanecia em sua residência, sem nenhuma obrigação para com o hotel; eventualmente poderia ocorrer de haver necessidade de transporte durante o dia, quando algum grupo de hóspede pedia para visitar pontos turísticos da região; nessas ocasiões o reclamante era convocado, mas mesmo assim sua jornada não ultrapassava oito horas diárias; a reclamante Aparecida laborava das 8h00 às 18h00, com uma hora de intervalo para refeição, dispondo de uma folga semanal; quando havia necessidade ela iniciava a jornada às 7h00 ou encerrava às 23h00, sempre compensando os excessos em dias de menor movimento; não havia controle escrito da jornada dos empregados; a reclamante chegava para o depoente e dizia: "tenho tantas horas para compensar", então o depoente autorizava a compensação; que antes da desapropriação o hotel possuía 15 empregados; nunca convocou Aparecida durante à noite ou nos dias destinados às folgas; nessas oportunidades o serviço de camareira era executado por Sonia; não havia revistas íntimas; numa ou noutra oportunidade D. Mercedes revistou as bolsas dos empregados que tinham acesso aos apartamentos dos hóspedes; o depoente chegou a ser revistado e achou isso normal; nunca houve reclamação de desaparecimento de valores ou objetos de hóspedes. Nada mais.



3ª. TESTEMUNHA DOS RECLAMADOS. Sonia Maria Ferreira, brasileira, separada judicialmente, cozinheira, residente à Rua Holanda, 06, em Rio Novo. Advertida e compromissada na forma da lei. Inquirida respondeu que: trabalha no hotel fazenda Monjolinho desde março de 1999, atualmente como cozinheira; a reclamante Aparecida entrava às 8h00 e saía às 18h00, dispondo de duas horas de intervalo para refeição e descanso; poderia ocorrer da reclamante trabalhar além do horário normal, mas havia compensação de horas nas épocas de menor movimento no hotel; Mercedes chegou a revistar as roupas e a bolsa da reclamante Aparecida, na presença da depoente; a reclamante nunca se opôs às revistas e ao fato de se despir na frente da depoente e de Mercedes. Nada mais.



Sem outras provas, fica encerrada a instrução processual.



Em razões finais as partes reportam-se ao alegado e provado nos autos.

Renovada a tentativa de conciliação, a mesma restou infrutífera.

Para julgamento fica designado o dia 23 de fevereiro de 2003, às 13h, ficando as partes cientes de que a sentença será publicada em audiência, nos termos do Enunciado n. 197 do C. TST.

*[Signature]*  
Platão do Brasil  
Juiz do Trabalho

*[Signature]*  
Advogado dos reclamantes

reclamantes: *[Signature]*  
*[Signature]*

*[Signature]*  
Advogado das reclamadas

reclamadas: *[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

EXMO. SR. DR. JUIZ DO TRABALHO DA VARA DE RIO NOVO-SP.

**AÇÃO TRABALHISTA**  
**AUTOS Nº 1.234/00**

**MERCEDES CERVANTES**, brasileira, solteira, economista, residente à Rua Rio Grande do Sul, 1.456, nesta cidade de Rio Novo-SP, CEP 18700-456, **MARIA DOLORES CERVANTES**, brasileira, viúva, do lar, residente à Rua Dom José, 467, nesta cidade de Rio Novo-SP, CEP 18700-970 e **PABLO CERVANTES FILHO**, brasileiro, solteiro, estudante, menor impúbere, aqui representado por sua genitora e também reclamada Maria Dolores Cervantes, residente à Rua Dom José, 467, nesta cidade de Rio Novo-SP, CEP 18700-970, por seu procurador que esta subscreve, inscrito na OAB-SP, sob nº 250.000, com escritório na rua Campos Sales, 285, município de Rio Novo-SP, CEP 18.700-130, onde receberá as intimações necessárias, vêm, respeitosamente, à ilustre presença de V. Exa., nos autos do processo em epígrafe, apresentar defesa aos termos da ação trabalhista que lhes movem **CRISTOVÃO COLOMBO** e **APARECIDA DE SOUZA COLOMBO**, nos termos a seguir articulados:

#### **I-PRELIMINARMENTE.**

1.1. O processo deverá ser julgado extinto, sem apreciação do mérito, uma vez que os autores deixaram de procurar a comissão de conciliação prévia de que trata o artigo 625-D, da CLT, vinculada ao Sindicato dos Empregados em Hotéis, Pensões, Bares e Restaurantes do Município de Rio Novo, com endereço na Rua das Tulipas, nº180, Rio Novo-SP.

1.2. O réu **PABLO CERVANTES FILHO** é parte ilegítima para figurar no polo passivo desta demanda, devendo ser excluído da lide, uma vez que é menor impúbere não possuindo capacidade para estar em Juízo. Se este não for o entendimento desse MM. Juízo, desde já se requer a intimação do l. Representante do Ministério Público, com fundamento no artigo 9º do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho.

1.3. Os reclamados são partes ilegítimas para responderem pelos supostos créditos perseguidos na exordial relativos ao período anterior a 14/10/1999, data em que, por força do falecimento de Miguel Cervantes e Marília Cervantes, assumiram de fato e de direito o empreendimento Hotel Fazenda Monjolinho, valendo observar que o ordenamento jurídico pátrio não prevê responsabilidade trabalhista do nu-proprietário.

1.4. Inexistiu vínculo de emprego com o reclamante Cristóvão entre 29/06/1973 e 15/07/1975. Nesse período o aludido reclamante firmou com Miguel Cervantes contrato de parceria agrícola, atuando com ampla autonomia, sem qualquer resquício de relação de emprego, restando, portanto, evidente a incompetência absoluta dessa Justiça Especializada para conhecer e julgar os pedidos derivados desse período.

1.5. No período compreendido entre 16/07/1975 a 15/07/1978, a propriedade dos contestantes esteve arrendada para o senhor Bartolomeu Bueno, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Comarca de Rio das Pedras, na Chácara São Martins, s/nº, bairro da "Biquinha", sendo este o único responsável pelos títulos pleiteados pelo reclamante Cristóvão em tal período. Em razão disso, e com fundamento no artigo 70, do CPC, os contestantes denunciam da lide o arrendatário Bartolomeu, requerendo sua citação para integrar o polo passivo da presente demanda.

Outrossim, como apenas o senhor Bartolomeu é parte legítima para responder aos termos desta demanda no período de 16/07/75 a 15/07/78, quanto aos pedidos formulados pelo reclamante Cristóvão, os contestantes requerem a extinção do processo, sem julgamento do mérito, nesse período, por flagrante ilegitimidade de parte passiva.

1.6. A partir de 01 de dezembro de 1998, como alegado na própria exordial, os autores passaram a trabalhar no Hotel Fazenda Monjolinho, sociedade de fato hoje pertencente aos reclamados e passaram a ser trabalhadores urbanos, filiados ao Sindicato dos Empregados em Hotéis, Pensões, Bares e Restaurantes do Município de Rio Novo. Assim, prescritos os direitos anteriores a cinco anos da propositura desta demanda, ressaltando-se ter havido alteração de regime jurídico de rurícola para trabalhador urbano.

1.7. Ineptos os pedidos de estabilidade provisória gestante, formulado pela reclamante Aparecida, bem como o de reintegração no emprego formulado pelo autor Cristóvão, uma vez que da narrativa dos fatos não decorrem logicamente as respectivas pretensões.

De fato, quanto à autora Aparecida Colombo, a mesma pede verbas do suposto período de estabilidade, sem ao menos postular sua reintegração no emprego, o que é vedado por lei.

A conversão do período de estabilidade em indenização é faculdade conferida ao Tribunal do Trabalho, de conformidade com o artigo 496 da CLT. Como a autora não postula sua reintegração no emprego, mas apenas indenização, flagrante a inépcia de sua pretensão.

Já o reclamante Cristóvão Colombo pretende ser reintegrado no emprego, todavia o instituto da estabilidade decenal caiu por terra com a Constituição Federal de 1988, uma vez que todos os trabalhadores ficaram vinculados ao regime do FGTS. Não bastasse, o referido autor passou a ser trabalhador urbano a partir de 01/12/1998, mudando de regime jurídico, e seu pedido de reintegração no emprego, à toda evidência, não é decorrência lógica dos fatos articulados, devendo ser acolhida a inépcia do mesmo.

1.8. A Justiça do Trabalho é incompetente para conhecer e julgar o pedido de indenização por dano moral, formulado pela reclamante Aparecida, consoante remansosa jurisprudência a respeito, devendo o processo ser julgado extinto em relação a este pedido.

## II - NO MÉRITO.

2.1. No mérito, os pedidos de integração salarial de utilidades como moradia e energia elétrica, para fins de repercussão nas demais verbas salariais é descabido e oportunista. Isso porque a casa cedida graciosamente à ingrata família queixosa nestes autos tinha a única e exclusiva finalidade de tornar viável a permanência e o trabalho dos autores na propriedade, improcedendo a pretensão relativa a sua integração.

2.2. Totalmente improcedente o pedido de devolução dos descontos feitos a título de contribuição confederativa, uma vez que sempre estiveram amparados por norma constitucional (art.8º, da C.F.). Não bastasse isso, como os reclamados apenas descontavam as importâncias devidas a título de contribuição confederativa, repassando os respectivos valores aos sindicatos profissionais da categoria dos autores, emerge a falta de legitimidade passiva para responderem pela devolução desses descontos, pois não se beneficiaram das quantias descontadas. Assim, o processo também merece ser julgado extinto em relação a tal pedido.

Deve ser ressaltado, ainda, que os autores, nesse particular, repetem ação idêntica à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em 20/5/1999 e que se encontra aguardando julgamento, na qual se objetiva a cessação dos descontos da contribuição em questão e a devolução dos valores descontados a partir de 01/12/98. Destarte, deverá ser reconhecida a litispendência, com a conseqüente extinção do processo, sem apreciação do mérito. É o que se requer.

2.3. O mesmo se diga em relação aos descontos previdenciários, de observância obrigatória por todo segurado da Previdência Social, após a Constituição Federal de 1988, sendo totalmente descabido o pedido de devolução dos respectivos descontos.

2.4. No tocante ao item nº 10 da peça exordial, os autores não receberam as férias com 1/3 e nem as gratificações natalinas do período anterior às respectivas anotações de suas Carteiras Profissionais pelo fato de jamais terem sido empregados dos reclamados. Como tais verbas são devidas em decorrência do contrato de trabalho e estes inexistiram no período em questão, improcedem os respectivos pedidos.

Também não é verdade que os reclamantes faziam horas extras, trabalhavam em jornada noturna e que não gozavam, integralmente, os intervalos para descanso e refeição. As jornadas dos autores, descritas mais adiante, bem demonstrarão a improcedência dessas assertivas.

Todos os períodos de férias, bem como os salários trezenos foram corretamente pagos aos autores, enquanto trabalharam para os reclamados.

2.5. Não é verídico que os autores foram dispensados sem justa causa, por vontade dos reclamados.

Em janeiro de 2000 os reclamados souberam, através de amigos comuns ligados à Administração Municipal, que o Sr. Prefeito de Rio Novo pretendia decretar de utilidade pública o hotel fazenda Monjolinho, para fins de ulterior desapropriação, uma vez que pretendia transformá-lo em um hospital. Como os comentários na cidade eram fortes e os reclamados chegaram a ser convocados pelo Sr. Prefeito para uma reunião, onde o mesmo expôs suas idéias e fez-lhes uma proposta para a desapropriação amigável do referido hotel, os reclamados decidiram paralisar as atividades do empreendimento e dispensar todos os seus funcionários, entre eles os reclamantes.

As tratativas com o Poder Público Municipal para a desapropriação do imóvel onde os reclamados trabalharam continuam, porém, sem qualquer êxito até o presente momento.

Por este motivo, indevidas as verbas rescisórias perseguidas pelos autores, as quais deverão ser postuladas diretamente em face da Fazenda Pública de Rio Novo, como determina o artigo 486 da CLT, em razão do público e notório *factum principis*. Se assim não entender esse MM. Juízo, deverão os mesmos esperar que os reclamados recebam o que lhes é devido do poder expropriante, para que possam honrar o pagamento das verbas rescisórias ora postuladas.

Doutrinariamente, a iminente ação de desapropriação entre o Município de Rio Novo e os reclamados, constituir-se-á numa verdadeira causa prejudicial externa a esta reclamatória, razão pela qual os demandados requerem a suspensão imediata desse processo, até o recebimento dos valores indenizatórios perseguidos na aludida ação de desapropriação, com fundamento no artigo 265, IV, letra "a", do CPC.

2.6. Uma vez contestados os pedidos comuns formulados pelos autores, passa-se a contrariar os pedidos formulados individualmente.

### III – RECLAMANTE CRISTÓVÃO COLOMBO.

Improcedem os pedidos relativos ao período de 29/06/1973 a 15/07/1975, no qual o autor foi parceiro agrícola do então proprietário Miguel, trabalhando em culturas variadas e intermitentes, inexistindo o vínculo laboral postulado.

Trabalhava com desenvoltura e autonomia, estipulando suas próprias jornadas e dias de trabalho, conforme as necessidades dos serviços. O resultado líquido das plantas realizadas era partilhado à razão de metade para o reclamante e metade para o parceiro Miguel, como demonstram os documentos anexos.

No período em referência o reclamante jamais recebeu ordens do Sr. Miguel, que apenas residia no local, com sua família. Também não houve pagamento de salários ao reclamante neste período, e muito menos a

imposição de jornada ou de qualquer obrigação relativa a um verdadeiro contrato de trabalho.

Como não houve qualquer vínculo de emprego com o autor no período em questão, o processo deve ser julgado extinto, pois flagrante a incompetência material desta Justiça Obreira para apreciá-los, como ressaltado em preliminar. Se rejeitada esta preliminar, todos os pedidos relativos ao período em questão deverão ser julgados improcedentes, como se requer.

A título de argumentação, não é verdade que o autor fazia horas extras no período sob exame, pois trabalhava em jornadas variadas, segundo as necessidades do serviço, porém sem extrapolar o limite de oito horas diárias e quarenta e oito semanais, sempre com duas horas de intervalo para descanso e refeição.

Improcedem, igualmente, os pedidos relativos ao período de 16/07/75 a 15/07/78, quando a propriedade esteve arrendada a Bartolomeu Bueno, como já foi dito acima.

Apenas para argumentar, enquanto o reclamante Cristóvão laborou para o arrendatário Bartolomeu, sempre observou jornada legal de 8 horas diárias e 48 horas semanais. Jamais trabalhou em horário noturno ou em domingos e feriados.

A partir de 16/07/1978 foi contratado para trabalhar como retireiro na Fazenda Monjolinho. Todavia, falta com a verdade o reclamante ao descrever sua jornada, que na função de retireiro, sempre foi a seguinte: de segunda-feira a sábado, das 04h30min. às 08h30min. e das 13h30min. às 17h30min., sempre com uma hora de intervalo para almoço e uma hora de intervalo para café. Como retireiro laborava no sistema de "duas pegadas", uma pela manhã e outra à tarde, pois era o encarregado de duas ordenhas diárias, sendo que durante o intervalo entre a ordenha da manhã e a da tarde, o reclamante gozava de tempo livre para fazer o que bem entendesse em proveito próprio ou de sua família.

A partir de 01/12/1985, o reclamante Cristóvão passou a trabalhar como ajudante de pedreiro, na construção da nova casa sede da fazenda, ficando também encarregado do transporte dos demais funcionários da construção, transporte este feito com seu próprio veículo, uma perua Kombi.

Continuou a perceber como salário a mesma remuneração mensal, ou seja, um salário mínimo, porém, passou a receber mais dois salários a título de indenização de despesas com manutenção do veículo e gastos com combustível, sendo totalmente descabida a alegação de redução salarial, pois seu salário sempre foi equivalente a um mínimo legal.

Nesta nova função, o autor observava jornada de trabalho das 7h00 às 17h00, com duas horas de intervalo, de segunda a sexta-feira, e das 7h00 às 11h00 aos sábados, sem prorrogações.

A partir de dezembro de 1998, com a inauguração do hotel fazenda dos reclamados, o autor Cristóvão galgou novo posto de trabalho, passando a ser motorista, laborando no transporte de hóspedes do município de Rio Novo

até a fazenda, e vice-versa, dirigindo um pequeno veículo de transporte coletivo dos reclamados. Nessa nova função, o autor não cumpria jornada fixa de trabalho e nem estava sujeito a controle de horário, pois laborava externamente, ficando a seu critério o agendamento de horários, os quais eram feitos diretamente com agências de turismo credenciadas, sempre de conformidade com os horários de saídas e chegadas de clientes que desembarcavam no município de Rio Novo. Aplicável, portanto, o disposto no artigo 62, inciso I, da CLT, razão pela qual também improcede o pedido de horas extras e reflexos desse período.

Nessa nova função o autor continuou a ganhar um salário mínimo legal por mês.

#### IV – APARECIDA DE SOUZA COLOMBO.

A autora Aparecida foi admitida aos serviços dos reclamados em 01/12/1998, como camareira. Antes disso, ou seja, de 29/06/1973 até 30/11/1998, era empregada doméstica da casa sede utilizada pela família dos reclamados.

Assim, para o período reclamado que vai até 30/11/98, evidencia-se a ilegitimidade de parte dos reclamados para figurarem no pólo passivo desta demanda, devendo o processo ser julgado extinto, sem apreciação do mérito. Se este não for o entendimento desse MM. Juízo, ao menos deve ser reconhecida a condição de doméstica da autora no período em referência, rejeitando-se de plano as pretensões relativas a verbas que não guardam relação com essa categoria de trabalhadores, considerando-se a legislação específica que rege a matéria.

Com a inauguração do hotel fazenda Monjolinho em 01/12/98, a reclamante passou a ser camareira do hotel, porém continuou a exercer as funções típicas de uma trabalhadora doméstica, sem qualquer direito às verbas postuladas.

A demandante sempre trabalhou das 08h00 às 18h00, com intervalo de 02h00 para descanso e refeição, de terça-feira a domingo, sendo inverídica e abusiva a jornada por ela indicada na inicial.

Não bastasse isso, a reclamante asseverou, de maneira leviana, que se submetia a revistas íntimas freqüentes no trabalho, pretendendo receber a quantia de R\$200.000,00 a título de indenização por danos morais.

Com todo o respeito que merece esse Juízo, imoral é a pretensão da autora, uma vez que jamais sofreu qualquer tipo de violência em seu trabalho.

Como era camareira e tinha acesso fácil, constante e direto aos apartamentos dos hóspedes, cujas chaves reservas ficavam em seu poder, de comum acordo com os reclamados, às vezes trocava de roupa, no final do expediente, na presença da reclamada Mercedes e de mais outra funcionária, para quem também mostrava sua bagagem de mão. Tal procedimento, entretanto, além de eventual, visava assegurar a lisura de conduta da própria autora contra eventuais queixas infundadas dos hóspedes do hotel, em relação a possíveis desaparecimentos de dinheiro e

objetos de valor. A eficiência do procedimento adotado pode ser comprovada pela ausência de registros nesse sentido, no período em que a autora trabalhou.

Jamais os reclamados duvidaram da idoneidade moral da reclamante, assim como jamais lhe ofenderam em sua honra ou pretenderam lhe causar qualquer dano, especialmente de ordem moral.

Não bastasse o já exposto, a reclamante não provou e nem alegou que tais revistas causaram-lhe qualquer espécie de dano, muito menos de ordem moral, fato que já bastaria para a improcedência de sua pretensão. Também o valor pretendido a título de indenização é bastante exagerado, ultrapassando as raias do bom senso, ficando desde já impugnado.

Pelas razões já expostas em preliminar, incabível o pedido de indenização pela suposta estabilidade gestante. Além disso, a reclamante narra período estável inexistente, posto que a convenção coletiva de trabalho de sua categoria profissional prevê estabilidade provisória no emprego para gestante de apenas 30 dias após o parto, não se lhe aplicando o exagerado prazo perseguido.

Tudo isso leva à firme convicção de que a autora está a litigar de má-fé, razão pela qual desde já fica requerida a aplicação da pena respectiva, em montante a ser arbitrado por esse MM. Juízo.

Para finalizar, os reclamados impugnam o valor atribuído à causa, excessivamente estimado se considerados os salários dos autores na vigência de seus contratos, devendo o mesmo ser reduzido para R\$50.000,00. Aliás, no tocante ao valor da causa, a inicial também é inepta, pois não discrimina os valores dos pedidos, como determina o artigo 852-A, da CLT.

No mais, os réus contestam os pedidos por negativa geral, ficando todas as pretensões impugnadas.

Protestando provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal dos autores, juntada de documentos, oitiva de testemunhas, perícias, expedição de ofícios e outros mais que se fizerem necessários, os reclamados requerem o acolhimento das preliminares argüidas e/ou o julgamento de improcedência de todos os pedidos formulados, por ser medida de inteira **JUSTIÇA**.

Nestes termos,  
Pedem deferimento.

Rio Novo, 10/07/2000.

  
Antonio Calamandrei  
OAB/SP 250.000

## CONTRATO DE PARCERIA RURAL

MIGUEL CERVANTES, brasileiro, casado, RG 4.345.609-SP, residente e domiciliado à Rua Dom José, n. 467, na cidade de Rio Novo-SP, proprietário da Fazenda Monjolinho, doravante denominado parceiro-outorgante, e CRISTOVÃO COLOMBO, brasileiro, casado, lavrador, RG 5.454.342-SP, doravante denominado parceiro-outorgado, têm entre si justo e combinado o presente contrato de parceria agrícola, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

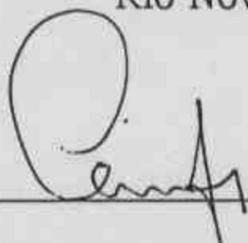
- 1- O parceiro-outorgante é proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Monjolinho, situado no Município de Rio Novo.
- 2- Constitui objeto do presente contrato uma gleba de 20 hectares, na parte sul do imóvel acima referido, que será explorada pelo parceiro-outorgado, nas culturas de milho e feijão.
- 3- O prazo do presente contrato vencerá em de 14/07/74.
- 4- O parceiro-outorgante se obriga a dar a terra no estado em que se encontra, cabendo ao parceiro-outorgado prepará-la para o cultivo; o parceiro-outorgante se obriga ainda a fornecer as máquinas e implementos agrícolas necessários ao preparo da terra, bem como o adubo e as sementes para plantio.
- 5- O parceiro-outorgado se obriga a executar todos os serviços de preparo da terra, plantio e colheita, observando as orientações dos órgãos técnicos e as medidas de proteção do solo e dos recursos naturais estatuídos em lei.
- 6- O produto colhido será vendido pelos parceiros, de comum acordo, abatendo-se do preço recebido as despesas com adubos, sementes, manutenção de maquinários e implementos; o valor então apurado será partilhado entre ambos, cabendo 50% para cada um.
- 7- O parceiro-outorgado poderá ocupar casa situada no imóvel, devendo conservá-la em perfeito estado, obrigando-se a desocupá-la ao término do presente contrato.
- 8- O parceiro-outorgado poderá contratar outras pessoas para auxiliá-lo na execução dos serviços, as quais não terão relação alguma

com o parceiro-outorgante, sendo de responsabilidade exclusiva do parceiro-outorgado as obrigações trabalhistas.

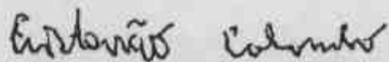
9- Os parceiros elegem, para dirimir as controvérsias que possam surgir na execução do presente contrato, o Juízo de Direito da Comarca de Rio Novo.

10- E, por estarem justos e contratos, assinam o presente contrato em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Rio Novo, 29 de junho de 1.973.



MIGUEL CERVANTES

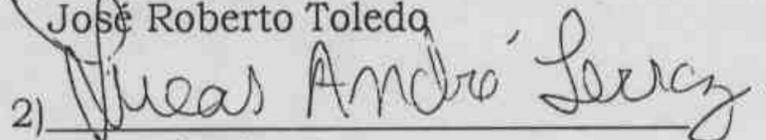


CRISTOVÃO COLOMBO

TESTEMUNHAS:

1) 

José Roberto Toledo

2) 

Lucas André Ferraz

### CONTRATO DE PARCERIA RURAL

MIGUEL CERVANTES, brasileiro, casado, RG 4.345.609-SP, residente e domiciliado à Rua Dom José, n. 467, na cidade de Rio Novo-SP, proprietário da Fazenda Monjolinho, doravante denominado parceiro-outorgante, e CRISTOVÃO COLOMBO, brasileiro, casado, lavrador, RG 5.454.342-SP, doravante denominado parceiro-outorgado, têm entre si justo e combinado o presente contrato de parceria agrícola, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

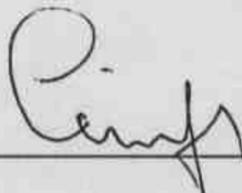
- 1- O parceiro-outorgante é proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Monjolinho, situado no Município de Rio Novo.
- 2- Constitui objeto do presente contrato uma gleba de 20 hectares, na parte sul do imóvel acima referido, que será explorada pelo parceiro-outorgado, nas culturas de milho e feijão.
- 3- O prazo do presente contrato terá duração de um ano, até 15/07/75.
- 4- O parceiro-outorgante se obriga a dar a terra no estado em que se encontra, cabendo ao parceiro-outorgado prepará-la para o cultivo; o parceiro-outorgante se obriga ainda a fornecer as máquinas e implementos agrícolas necessários ao preparo da terra, bem como o adubo e as sementes para plantio.
- 5- O parceiro-outorgado se obriga a executar todos os serviços de preparo da terra, plantio e colheita, observando as orientações dos órgãos técnicos e as medidas de proteção do solo e dos recursos naturais estatuídos em lei.
- 6- O produto colhido será vendido pelos parceiros, de comum acordo, abatendo-se do preço recebido as despesas com adubos, sementes, manutenção de maquinários e implementos; o valor então apurado será partilhado entre ambos, cabendo 50% para cada um.
- 7- O parceiro-outorgado poderá ocupar casa situada no imóvel, devendo conservá-la em perfeito estado, obrigando-se a desocupá-la ao término do presente contrato.
- 8- O parceiro-outorgado poderá contratar outras pessoas para auxiliá-lo na execução dos serviços, as quais não terão relação alguma com o parceiro-outorgante.

sendo de responsabilidade exclusiva do parceiro-outorgado as obrigações trabalhistas.

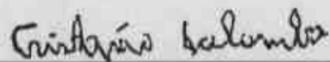
9- Os parceiros elegem, para dirimir as controvérsias que possam surgir na execução do presente contrato, o Juízo de Direito da Comarca de Rio Novo.

10- E, por estarem justos e contratos, assinam o presente contrato em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Rio Novo, 15 de julho de 1.974.



MIGUEL CERVANTES



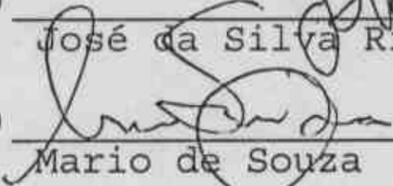
CRISTOVÃO COLOMBO

TESTEMUNHAS:

1)

  
José da Silva Ribeiro

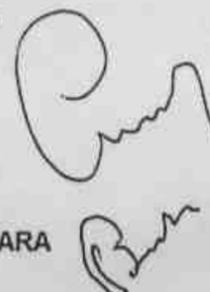
2)

  
Mario de Souza

## CONTRATO DE ARRENDAMENTO

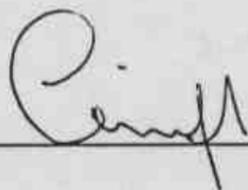
MIGUEL CERVANTES, brasileiro, casado, RG 4.345.609-SP, residente e domiciliado à Rua Dom José, n. 467, na cidade de Rio Novo-SP, proprietário da Fazenda Monjolinho, doravante denominado arrendador, e BARTOLOMEU BUENO, brasileiro, casado, agricultor, RG 3.781.490-SP, residente e domiciliado na Chácara São Martins, s/no., Bairro da Biquinha, Comarca de Rio das Pedras, doravante denominado arrendatário, têm entre si justo e combinado o presente contrato de arrendamento rural, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

- 1- O arrendador é proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Monjolinho, com área de 100 hectares, situado no Município de Rio Novo.
- 2- Constitui objeto do presente contrato uma gleba de terras equivalente a 30 hectares do imóvel rural acima referido, que será explorada pelo arrendatário, nas culturas de milho, batata e feijão. Não está incluída no arrendamento a casa sede da fazenda, que será utilizada pelo arrendador e familiares.
- 3- O prazo do presente contrato será de três anos, a partir da presente data.
- 4- O arrendatário pagará pelo arrendamento o aluguel de Cr\$4.000,00 mensais, o qual será reajustado anualmente, pelos mesmos índices da caderneta de poupança.
- 5- As colheitas do arrendatário constituirão garantia por débitos para com o arrendador.
- 6- O arrendatário não poderá subarrendar ou emprestar, no todo ou em parte, o imóvel objeto deste contrato, bem como seus acessórios.

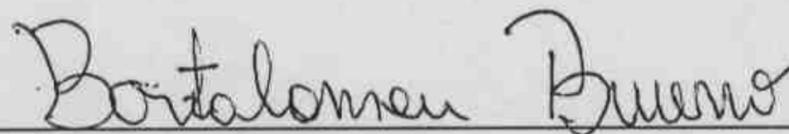


- 7- O arrendatário se obriga a observar as orientações dos órgãos técnicos e as medidas de proteção do solo e dos recursos naturais estatuídos em lei.
- 8- O arrendatário responderá pelas obrigações trabalhistas dos empregados que utilizar na exploração da propriedade arrendada.
- 9- As partes contratantes elegem, para dirimir as controvérsias que possam surgir na execução do presente contrato, o Juízo de Direito da Comarca de Rio Novo.
- 10- E, por estarem justos e contratos, assinam o presente contrato em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Rio Novo, 16 de julho de 1975.

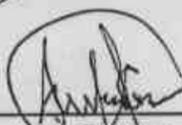


MIGUEL CERVANTES



BARTOLOMEU BUENO

TESTEMUNHAS:

- 1)   
Manoel Pereira
- 2)   
Antonio Costa

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, PENSÕES, BARES E RESTAURANTES DO MUNICÍPIO DE RIO NOVO, de um lado, SINDICATO DOS HOTEIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE RIO NOVO, de outro, através da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ajustam as seguintes cláusulas:

1ª. ) A partir de 01/05/99 os salários serão reajustados mediante a incidência do índice de 3,74%, sobre os salários vigentes em 1/5/98, independentemente de faixas salariais.

2ª.) Os pisos salariais da categoria a partir de 1/5/99 passam a ser de R\$180,00 mensais para os empregados em geral e R\$500,00 para os encarregados.

3ª.) Aos empregados admitidos após 01/05/99 será garantido o mesmo reajuste previsto na cláusula primeira, observada a proporcionalidade em função do tempo trabalhado.

4ª) O empregado que contar com cinco anos ou mais de serviço para o mesmo empregador fará jus ao adicional de tempo de serviço, à razão de 1% por ano trabalhado, incidente sobre o salário base.

6ª.) Por ocasião do primeiro pagamento, as empregadoras efetuarão o desconto assistencial de uma diária de cada empregado, a qual será recolhida em favor do Sindicato dos Empregados em Hotéis, Pensões, Bares e Restaurantes do Município de Rio Novo, junto à Caixa Econômica Federal, agência de Rio Novo, em conta vinculada sem limite, até o 20 do mês subsequente ao do desconto.

7ª.) As horas extras trabalhadas em feriados ou em dias destinados ao repouso semanal serão pagas com o acréscimo de 100%.

8ª.) Fica assegurada à empregada gestante garantia de emprego desde a confirmação da gravidez até 30 dias após o parto.

9ª.) A presente Convenção Coletiva vigorará pelo prazo de dois anos, com início em 1/5/1999 e término em 30/4/2.001.

E, por assim estarem justos e convencionados, firmam o presente instrumento.

Rio Novo, 2 de maio de 1.999.



Petronio Ribeiro  
Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, PENSÕES, BARES E RESTAURANTES DO MUNICÍPIO DE RIO NOVO

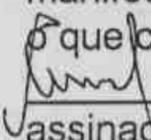
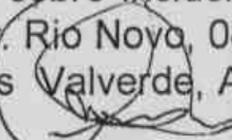


Luiz Cláudio Sobrinho  
Presidente

SINDICATO DOS HOTEIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE RIO NOVO



## VARA DO TRABALHO DE RIO NOVO

Certifico e dou fé que, a pedido do interessado, verifiquei constar dos registros da Secretaria desta Vara a distribuição, em 20/05/1999, de uma ação civil pública autuada sob o n. 352/99, em que figuram como partes MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, autor, e MIGUEL CERVANTES E OUTROS, réus. Certifico, ainda, que a ação tem por objeto a cessação dos descontos da contribuição confederativa e a devolução dos valores descontados a partir de 01/12/1998, com juros de mora e correção monetária. Certifico, ainda, que os autos encontram-se em Secretaria, aguardando manifestação dos réus sobre incidente de falsidade. Era o que cumpria certificar. Rio Novo, 08/07/00. Digitada por  (Carlos Valverde, Analista Judiciário), e assinada por mim  (Paulo Evangelista Moura, Diretor de Secretaria Substituto).